

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PPGDS

BÁRBARA VELOSO MARTINS

“ENTOANDO UM CANTO DE LUTA”:
Uma análise do processo de empoderamento de trabalhadoras rurais.

Montes Claros (MG)
Abril/2017

Bárbara Veloso Martins

**“ENTOANDO UM CANTO DE LUTA”:
Uma análise do processo de empoderamento de trabalhadoras rurais.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), como requisito parcial á obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Social.

Orientadora:
Professora Doutora Ana Paula Glinfskoi Thé.

Montes Claros (MG)
Abril/2017

M386e Martins, Bárbara Veloso.
“Entoando um canto de luta” [manuscrito] : uma análise do processo de empoderamento de trabalhadoras rurais / Bárbara Veloso Martins. – Montes Claros, 2017.

103 f. : il.

Bibliografia: f. 94-100.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2017.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Glifskoi Thé.

1. Desigualdade. 2. Gênero. 3. Meio rural. 4. Empoderamento. I. Thé, Ana Paula Glifskoi. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: Uma análise do processo de empoderamento de trabalhadoras rurais.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PPGDS

Dissertação intitulada “ENTOANDO UM CANTO DE LUTA”: Uma análise do processo de empoderamento de trabalhadoras rurais”, de autoria da mestranda Bárbara Veloso Martins, examinada em _____, pela banca examinadora constituída pelos(as) seguintes professores (as):

Prof.^a Dra. Ana Paula Glinfskoi Thé- Orientadora (Unimontes)

Prof. Dr. Helder dos Anjos Augusto (ICA/UFMG)

Prof.^a Dra Maria da Luz Alves Ferreira (Unimontes)

*Se és uma mulher forte
se proteja com palavras e árvores
e invoca a memória de mulheres antigas.
Te constrói. Te cuida.
Entesoura teu poder.
O defenda.
O faça por você.
Te peço em nome de todas nós.*

Conselhos para a mulher forte.
Gioconda Belli, Nicarágua, 1948.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS e a todo corpo docente.

A todos(as) os(as) colegas da turma 2015, em especial: Diogo, Vaena, Dani e Núbia, pela amizade durante esses dois anos que se passaram.

À Professora Dra. Ana Paula Glinfskoi Thé, pelas orientações, pela paciência, compreensão e pelas palavras de incentivo ao longo de todo processo.

À Professora Dra. Maria da Luz Alves Ferreira, pelo carinho e compreensão de sempre.

À Vanessa, Suellen, Sílvia, Joelena e Sarinha, pela atenção e boa vontade conosco no cotidiano da secretaria.

À todos(as) funcionários(as) e servidores(as) da Universidade Estadual de Montes Claros.

À toda minha família. Especialmente, aos meus pais, pelo amor e pelo porto sempre seguro.

A minha vó Ritinha, por tanto cuidar de mim.

Aos(as) amigos(as) das Ciências Sociais, em especial: Camila, Izadora, Mauro, Sérgio, Deyvisson, Pedro e Thaís.

Aos sem eskemas, principalmente à nêgo, por me ajudar nos momentos de aflição.

À Thaty, por ser uma amiga tão querida e pelo companheirismo.

Às “Zildas”, mulheres da minha vida.

À Olívia, pela acolhida, amizade e pelos dias felizes compartilhados.

A todos(as) companheiros(as) e amigos(as) da militância, especialmente do Levante Popular da Juventude e do DCE Unimontes.

À Gilcimaria, Lourdes, Ivanete e Eliane, pelo carinho e pela boa vontade em contribuir com este trabalho.

À todas as mulheres rurais, que trabalhando resistem e resistindo transformam o mundo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. CONCEPÇÕES TEÓRICAS.....	17
2.1. Agricultura familiar, divisão sexual do trabalho e relações de gênero.....	17
2.2. Gênero e Patriarcado.....	32
2.3. O Conceito de Empoderamento.....	47
2.3.1. As dimensões do empoderamento.....	54
2.3.2 A dimensão psicológica/ individual.....	54
2.3.3 A dimensão coletiva ou grupal/organizacional.....	56
3. “SE MOVENDO PRO MUNDO MUDAR”.....	58
3.1 Histórico de luta das trabalhadoras rurais no Brasil.....	58
3.2. Breve Considerações sobre o Norte de Minas e as áreas de atuação da ACMONM.....	67
3.3. Análises das entrevistas.....	73
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	94
ANEXO A.....	101

LISTAS DE SIGLAS

- ACMONM – Associação do Coletivo de Mulheres Organizadas do Norte de Minas.
- AIMTR/Sul - Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul.
- AMUTRES - Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo.
- ANMTR - Articulação Nacional de Trabalhadoras Rurais.
- CAA/NM - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas.
- CEBs - Comunidades Eclesiais de Base.
- CEM/FETAGRO - Comissão Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores de Rondônia.
- CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço.
- CNMTR/CUT - Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT.
- CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra.
- CTA-ZM - Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata.
- CUT – Central Única de Trabalhadores.
- DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf.
- EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério da Agricultura.
- FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação.
- FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.
- FETAEMG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário.
- MMA - Movimento das Mulheres Agricultoras.

MMA/SP - Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo.

MMC - Movimento de Mulheres Camponesas.

MMTR - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais.

MMTR/NE - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste.

MMTR/RS - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul.

MMTR/SE - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe.

MPMP - Movimento Popular de Mulheres do Paraná.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ONGs - Organizações Não Governamentais.

PPGDS- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social.

PNAD - Dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

SOF - Sempre Viva Organização Feminista.

STR - Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

SUDENE - Superintendência do desenvolvimento do Nordeste.

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros.

WID - Women In Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa das microrregiões do Norte de Minas.....	71
Figura 2: Mapa – Territórios Alto Rio Pardo e Serra Geral.....	72
Figura 3: Oração antes da marcha em Porteirinha.....	98
Figura 4: Oração antes da marcha em Porteirinha.....	98
Figura 5: Mulheres rurais em marcha.....	99
Figura 6: Mulheres rurais em marcha.....	99
Figura 7: Trabalhadora rural em luta.....	100
Figura 8: Trabalhadoras rurais em luta.....	100
Figura 9: Trabalhadoras rurais em luta.....	101
Figura 10: Trabalhadoras rurais em luta.....	101

RESUMO

Diversas desigualdades de gênero são vivenciadas, cotidianamente, por mulheres que estão inseridas em contextos rurais. Estas desigualdades podem ser justificadas, por diversos fatores como, por exemplo, a valorização do trabalho dos homens em detrimento do trabalho feminino fruto da cultura patriarcal arraigada no meio rural brasileiro. Diante disso, este estudo busca compreender como estas trabalhadoras rurais se organizam e constroem, estratégias para o enfrentamento e superação destas desigualdades, por meio de processos coletivos de empoderamento. A ACMONM – Associação do Coletivo de Mulheres Organizadas do Norte de Minas - é uma entidade autônoma que tem como objetivo organizar as mulheres rurais de três territórios do Norte de Minas, sendo eles: Microrregião de Montes Claros, Alto Rio Pardo e Serra Geral. Dentre as diversas pautas de luta do coletivo, destaca-se a reivindicação pelo reconhecimento da condição de trabalhadora rural. Para compreender o processo de empoderamento das agricultoras associadas, lancei mão da metodologia denominada história oral, por meio de uma conversa informal com três mulheres integrantes do coletivo (cada uma representando um território) e da observação de espaços de encontro destas mulheres. Por meio da análise das narrativas, procurei concluir se na perspectiva das próprias mulheres, o Coletivo de fato contribui com o empoderamento, com a conquista da autonomia, da valorização e da equidade do grupo.

Palavras-chaves: desigualdade; gênero, meio rural; empoderamento.

ABSTRACT

Diverse kinds of gender inequalities are experienced daily by women who are living in rural contexts. These inequalities can be justified by several factors, such as an appreciation of men's work to the detriment of women's work as a result of the patriarchal culture rooted in the Brazilian rural areas. In the face of that, this study looks at how these rural workers organize themselves and build strategies to confront and overcome these inequalities, through collective empowerment processes. ACMONM – Organized Women's Collective Association of The North of Minas Gerais - Is an autonomous entity that aims to organize the rural women of three territories of the North of Minas Gerais, being: Microregion of Montes Claros, Alto Rio Pardo and Serra Geral. Among the various patterns of struggle of the collective, it stands out the claim for the recognition of the status as rural workers. In order to understand the process of empowerment of agriculture women, I used the methodology called oral history, through an informal conversation with three women members of the collective (each representing a territory) and the observation of meeting places of these women. Through the analysis of the narratives, I have tried to conclude that from the perspective of the women themselves, the Collective actually contributes with empowerment, with the conquest of autonomy, the valorization and the equity of the group.

Key words: inequality; Gender, rural environment; Empowerment.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, as relações sociais de gênero atribuem às mulheres um lugar inferior em relação aos homens. Em contextos rurais, os valores patriarcais estão profundamente enraizados¹, dificultando as possibilidades de igualdade entre os gêneros no campo. A dicotomia entre espaço público x espaço privado é determinante na divisão sexual do trabalho na agricultura familiar. Dessa maneira, as mulheres rurais não são reconhecidas enquanto agricultoras, pois as atividades desempenhadas por elas fora do ambiente doméstico, mesmo quando acumuladas em intensas jornadas de trabalho, são frequentemente consideradas “ajuda” e, por essa razão, essas trabalhadoras não possuem uma renda fruto do trabalho agrícola, realidade que contribui para a dependência financeira. Dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – PNAD de 1993, 1998 e 2004, demonstram que 80% das mulheres que exercem atividades agrícolas não possuem remuneração. Ainda assim a participação das mulheres do campo na renda familiar é de 42,4%, maior se comparado às mulheres que vivem na cidade, que é de 40,7%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (ARAÚJO, 2016).

Neste sentido, a revisão bibliográfica apresentada neste trabalho aponta que o não reconhecimento da condição de trabalhadora rural da mulher agricultora reforça as demais desigualdades de gênero no campo. Esses estudos sobre mulheres em contextos rurais² corroboram com a ideia/noção de “invisibilidade” do trabalho feminino nas atividades produtivas em unidades familiares agrícolas, bem como com a percepção da exclusão da mulher rural dos espaços de decisão e dos programas e das políticas públicas voltadas para este segmento (SILVA, 2007). Sendo assim, faz-se necessário que “o trabalho da mulher esteja articulado as demais dimensões do desenvolvimento

¹ Uma pesquisa intitulada “Por ser menina no Brasil: crescendo entre direitos e violências”, ouviu 1.771 meninas de 6 a 14 anos nas cinco regiões do país e constatou uma desigualdade de gênero gritante entre meninos que e meninas, que começa ainda na infância. Segundo o estudo, aspectos relacionados às tarefas domésticas, são mais desiguais no meio rural que no meio urbano. O trabalho doméstico das meninas é mais presente na zona rural (74,3% das meninas nas escolas rurais declararam limpar a casa) que no meio urbano (o percentual desce para 67,6% nas escolas públicas urbanas e para 46,6% nas escolas particulares urbanas). Disponível em: <http://www.ebc.com.br/infantil/para-pais/2015/01/pesquisa-mostra-que-desigualdade-de-genero-comeca-na-infancia>

² Ver na primeira seção deste trabalho, intitulada “Agricultura familiar, divisão sexual do trabalho e relações de gênero no meio rural”.

rural, além de políticas públicas [...] a valorização e o resgate ambiental e ecológico de seu trabalho e seu empoderamento político e pessoal.” (ROSA, 2015;p. 63).

O modelo de produção denominado agricultura familiar é reconhecido pelos autores (as) que constituem o referencial teórico deste trabalho como essencial para o desenvolvimento rural. Dessa maneira, “se reconhece a importância da promoção de igualdade social, econômica e de equidade de gênero, através de políticas públicas identificadas com estas premissas” (ROSA, 2015; p. 15). Contudo, para que tais políticas contemplem a questão de gênero, faz-se necessário o reconhecimento do trabalho produtivo das mulheres rurais. Neste sentido, Melo (2002) argumenta que, para dar visibilidade às questões das trabalhadoras rurais, é preciso mais que estatísticas; é preciso descobrir as mulheres, “em outras palavras, significa algo mais que contá-las, descobrir onde estão, o que fazem, onde se localizam nos processos produtivos. Descobrir as mulheres é incorporar a variável gênero quando analisamos o trabalho e a categoria de trabalhadora” (p. 238).

Em Outubro de 2013, fazendo a relatoria do Grupo Temático: Mulheres na Construção e conservação da Agrobiodiversidade no I Encontro da Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro, realizado pelo CAA/NM³, tive a oportunidade de dialogar com as mulheres da ACMONM – Associação do Coletivo de Mulheres Organizadas do Norte de Minas. Essa entidade foi criada no ano de 2010 e, atualmente, mais de setenta mulheres são associadas à organização, das quais 95% são trabalhadoras rurais. Naquela ocasião, chamou-me a atenção as falas das mulheres acerca da invisibilidade do trabalho e do quanto já haviam avançado em algumas questões desde a organização do coletivo.

Por essa razão, o objetivo geral deste trabalho é analisar o processo de empoderamento das mulheres associadas à ACMONM, a partir da percepção das próprias mulheres. Em outras palavras, descobrir se elas consideram que a organização

³ Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. “O CAA desenvolve ações em torno da sustentabilidade, da agroecologia e dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, tendo como foco a valorização da (agro)biodiversidade e a convivência com os ecossistemas regionais, discutindo novos conceitos, apresentando soluções, desenvolvendo estratégias de ações colaborativas, no intuito de promover o crescimento e o fortalecimento dessas comunidades e de suas agriculturas.” (CAA/NM) Disponível em: http://www.caa.org.br/ascom/quem_somos/

coletiva trouxe avanços e conquistas para o grupo e para elas de maneira individual, ou não. Os objetivos específicos são: 1) Descrever o perfil das mulheres organizadas no coletivo/associação; 2) Caracterizar a organização do coletivo/associação; 3) Descrever as estratégias/ações do coletivo no enfrentamento das desigualdades de gênero no contexto rural; 4) Analisar se a participação no coletivo/associação repercute em empoderamento para as associadas.

A pesquisa empírica foi realizada durante os anos de 2015 e 2016, nos três territórios de atuação do coletivo, a saber: Serra Geral, Alto Rio Pardo e Microrregião de Montes Claros. A metodologia usada foi a história oral, que, segundo Selau (2004, p. 221), é “uma metodologia capaz de contribuir para esta atividade de análise de memórias por intermédio das entrevistas realizadas com pessoa de um determinado grupo”. De acordo com o autor, a memória é estritamente individual, contudo tem como base o grupo social, ou seja, as lembranças são pessoais e também coletivas, uma vez que os indivíduos têm experiências pessoais e grupais “que marcam de tal forma uma coletividade que ganham destaque e passam a ser incorporados nas narrativas dos que compõem o grupo” (SELAU, 2004). O autor afirma que as fontes orais contribuíram historicamente para a pesquisa das populações marginalizadas, possibilitando a reconstituição da trajetória destes grupos.

Essa metodologia está relacionada à memória humana e sua capacidade de resgatar o passado enquanto testemunha do que foi vivenciado e “não é somente a lembrança de um certo indivíduo, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar ou social, por exemplo, de tal forma que suas lembranças são permeadas por inferências coletivas, moralizantes ou não” (MATOS E SENNA, 2011). De acordo com os referidos autores, enquanto procedimento metodológico, a história oral busca registrar vivências e lembranças de pessoas que estão dispostas a compartilhá-las. A história oral como abordagem metodológica qualitativa não se configura apenas como uma mera obtenção de informações complementares a dados quantitativos, implica uma construção histórica da experiência pessoal que deve ser considerada e valorizada, (SANTOS, 1996).

Segundo Delgado (2006), a fonte oral é um método que abarca dois momentos. O primeiro é o “tempo passado”, que o depoimento resgata; o segundo é o “tempo presente”, no qual o depoimento está sendo produzido. Portanto, trata-se de uma

metodologia interessante para analisar como se percebia a situação das mulheres entrevistadas antes e como se transformou após a criação do coletivo/associação. Como parte da metodologia, conversei com três mulheres associadas, cada uma de um território de atuação do Coletivo e de faixas etárias diferentes. No campo de investigação, lancei mão do uso de gravador e anotações; posteriormente, realizei as transcrições e as análises das fontes orais. Estive presente, também, em alguns encontros das mulheres em espaços de formação e de reivindicação, bem como em espaços de tomadas de decisão do grupo, como a plenária para eleição da nova coordenação da Associação. Procurei, nessas ocasiões, observar a dinâmica da organização, a fim de compreender como funciona a participação das mulheres no coletivo.

No primeiro capítulo deste trabalho, fizemos uma breve caracterização do modelo de agricultura familiar, uma pequena contextualização sobre os estudos de gênero em contextos rurais e procuramos refletir sobre a invisibilidade da condição de trabalhadora rural das agricultoras e sobre a divisão de papéis de gênero. Dentre os autores(as) que utilizei para esta discussão estão Melo (2002 - 2003); Mesquita e Mendes (2012); Herídia e Cintrão (2006); Paulilo (1987- 2004) e Silva e Scheider (2010). Em seguida, procuramos discorrer sobre os conceitos de gênero e patriarcado, visto que a compreensão desses conceitos é fundamental para analisar as relações desiguais entre homens e mulheres no meio rural. O principal referencial teórico utilizado nesta primeira seção foi Lauretis (1994); Scott (1995); Scavone (2008) e Saffioti (2015). Finalmente, apresentamos o conceito de empoderamento, que tem raízes históricas nas lutas por direitos. Compreender em que medida o processo de empoderamento é importante para o enfrentamento e superação das desigualdades vivenciadas por grupos historicamente vulneráveis foi o que me instigou a refletir sobre este conceito e suas dimensões (individual e grupal/organizacional).

No capítulo empírico deste trabalho, traçamos o histórico de lutas e conquistas das mulheres rurais brasileiras, bem como apresentamos as análises da investigação, avaliando, por meio da percepção das entrevistadas, se a Associação do Coletivo de Mulheres Organizadas do Norte de Minas contribuiu e contribui, ou não, com o processo de empoderamento das trabalhadoras. Junto a isso, também buscamos investigar se esse processo de fato é um meio pelo qual a mulher rural pode aumentar

sua autonomia, tornando-se, desta maneira, protagonista da luta pela melhoria da realidade do grupo no qual está inserida.

2 CONCEPÇÕES TEÓRICAS

Neste capítulo expusemos uma sucinta caracterização da agricultura familiar e uma contextualização sobre os estudos de gênero em contextos rurais, bem como realizamos uma discussão em torno da invisibilidade do trabalho feminino no campo. Posteriormente, apresentamos uma discussão acerca dos conceitos de gênero, patriarcado e empoderamento.

2.1. Agricultura familiar, divisão sexual do trabalho e relações de gênero.

Para compreender a condição da mulher em contextos rurais, faz-se necessário o cruzamento entre os dois campos teóricos: gênero e campesinato (ROSA, 2015). Nesse sentido, procuro fazer aqui uma breve caracterização do modelo de produção agrícola denominado agricultura familiar⁴, bem como refletir sobre a divisão sexual do trabalho no campo, a qual é apontada por diversos autores como a base para a perpetuação das desigualdades de gênero, visto que esta divisão social do trabalho e a hierarquia existente entre os gêneros resultam na invisibilidade da condição de agricultora das mulheres rurais.

De acordo com Caio Prado Junior (1979), a economia agrária brasileira se constituiu por meio da grande exploração agrária voltada para o mercado. Diferente da formação histórica europeia, a ocupação da terra no Brasil não foi parcelária e não teve como base uma produção individual ou familiar, ao contrário, este processo aqui se deu de maneira essencialmente mercantil, o que promoveu estruturas de grandes unidades produtoras de mercadorias de exportação trabalhadas pela mão de obra escrava, impedindo a consolidação de uma economia e de uma classe camponesa no país e deixando profundas marcas coloniais e escravistas na questão agrária brasileira. Esta situação, após a abolição da escravidão, manteve-se e, em alguns casos, ampliou-se ainda mais, sem afetar a natureza estrutural da grande exploração.

⁴ De acordo com o Censo Agropecuário do ano de 2006, do total de 5.175.636 de estabelecimentos agropecuários no Brasil, 4.366.267 se enquadram na modalidade de agricultura de base familiar.

Segundo Faoro (2000), foi no século XVI que a agricultura se fortaleceu no Brasil como modelo econômico, por meio da monocultura de cana-de-açúcar, desenvolvida no período de colonização. A criação do sistema agrário das sesmarias gerou a distribuição desigual de terras no país desde o início do período colonial, ou seja, a agricultura familiar no Brasil nasce marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileira, ocupando um lugar subalterno frente às grandes propriedades. (DUARTE, 2010).

Entretanto, faz-se necessário ressaltar que sempre existiu uma grande diversidade de formas sociais e de trabalho à margem da grande exploração agropecuária: “à época do descobrimento, os ameríndios já eram agricultores, já cultivavam quase todas as espécies que constituíram objeto de atividades agrícolas durante o período colonial, com exceção da cana-de-açúcar e do trigo, única contribuição dos portugueses.” (AMARAL apud DUARTE, 2010; p 32). Tal diversidade foi relegada pelo Estado e pelos setores dominantes da economia, visto que estes se interessavam apenas pelas atividades de exportação em detrimento daquelas que garantiam a subsistência alimentar interna. Por essa razão, a agricultura de base familiar passou por um longo processo de subjugação e, em muitos casos, de dependência da grande agricultura de exportação, o que levou à invisibilidade socioeconômica e política da agricultura de base familiar, embora esse processo não tenha ocorrido da mesma maneira em todo território brasileiro. (PICOLOTTO, 2011).

A agricultura familiar é passível de vários conceitos, no entanto, todos eles convergem para a compreensão de que sua essência reside na gestão da propriedade e no trabalho em família. (FONSECA, 2012). Este modo social de produção vai ao encontro da defesa de uma agricultura sustentável, com princípios agroecológicos e que abrange um campo de forças políticas, incluindo movimentos sociais, entidades socioambientais, núcleos de pesquisadores e extensionistas, dentre outros, que reconhecem a sua relevância nas esferas ambientais e socioculturais para o conjunto da sociedade, uma vez que, para além da base ecológica, esta modalidade de produção apresenta uma diversidade de perspectivas sociais, culturais e econômicas (PACHECO, 2002).

Mesquita e Mendes (2012) caracterizam a agricultura familiar pela relação entre terra, trabalho e família; que está historicamente vinculada ao regime colonial e sofreu

transformações socioeconômicas com o advento da modernização. Praticada mundialmente, a agricultura familiar é o modo de produção predominante no Brasil, e trata-se de uma categoria genérica, visto que a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, grande diversidade de formas sociais, pois as unidades de produção não estão engessadas. Ainda que mantenham características tradicionais e se reproduzam sobre a base de uma tradição camponesa, são influenciadas constantemente pelas transformações sociais (WANDERLEY, 1996).

Wanderley (1996) enfatiza que o caráter familiar deste modo de produção não é um mero detalhe descritivo. O fato de a estrutura produtiva associar família-produção-trabalho produz consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. Neste sentido, faz-se necessário ressaltar que são muitas as heterogeneidades regionais da agricultura familiar em relação ao meio ambiente, à condição dos produtores, à aptidão para trabalhar na terra e à infraestrutura disponível. Contudo, independentemente das diferentes tipologias existentes nessa modalidade de agricultura, são básicos nesse modo social de produzir: a organização e o trabalho do(a) agricultor(a) na produção. (MELO, 2003)

Um estudo realizado em 1994 pela FAO/INCRA aponta que os produtores rurais no Brasil estão inseridos no modelo da agricultura patronal ou no modelo da agricultura familiar. Cada um desses modelos possuem características distintas no que tange à cultura adotada, ao tamanho da área produzida, à direção e à execução do processo produtivo e à utilização do trabalho assalariado (MELO, 2002).

A referida autora aponta três modalidades dessa forma social de produzir: 1) a agricultura familiar consolidada, que abrange um menor número de unidades produtivas, onde os produtores estão integrados no mercado e acessam inovações tecnológicas bem como políticas públicas, e funcionam em padrões empresariais. 2) a agricultura familiar de transição, em que os produtores são parcialmente integrados às inovações tecnológicas e ao mercado, possuem um relativo acesso às políticas públicas e aos programas governamentais, e, embora não estejam consolidados como empresas, possuem maior potencial econômico. 3) a agricultura familiar periférica, a qual constitui aproximadamente 50% das unidades produtivas brasileiras, em geral estabelecimentos com precária infraestrutura, os quais dependem, em alguma medida, de programas de acesso ao crédito, à comercialização, à capacitação pessoal, à

redistribuição de terras, à assistência técnica, dentre outros. “A chamada agricultura periférica, a mais insuficiente das agriculturas familiares, também é conhecida pelas suas limitações: pequena produção; agricultura de subsistência, de sobrevivência ou produção camponesa.” (MELO, 2002; p. 231).

Mesquita e Mendes (2012) apresentam elementos que devem ser considerados para caracterizar esta modalidade de agricultura familiar: a) a mão de obra empregada, b) o tamanho da propriedade, c) a direção dos trabalhos e d) a renda gerada pela atividade agrícola. De acordo com as autoras, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) definem a agricultura familiar com base em três características, são elas: a) a gerência da propriedade rural é feita pela família; b) o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família e c) os fatores de produção pertencem à família (exceção, às vezes, da terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes.⁵

Segundo Melo (2002), de modo geral é a agricultura familiar a grande responsável pela produção de alimentos no Brasil, e ainda assim encontra-se em situação de subalternidade na sociedade, e essa realidade não contribui para o desenvolvimento de suas potencialidades. Neste sentido, tratando-se de políticas públicas, o(a) pequeno(a) produtor(a) rural é marginalizado(a), visto que é impedido(a) de desenvolver as potencialidades de sua forma social de produção, o que promove a exclusão social e o processo de assalariamento no campo. (MESQUITA e MENDES, 2012).

Melo (2002) argumenta que historicamente os(as) agricultores(as) familiares que cultivam para subsistência enfrentam diversas dificuldades que perpassam questões como autonomia econômica, dificuldade de acesso à propriedade da terra, acesso a técnicas agrícolas modernas, ao crédito bancário e outros serviços que restringem a prosperidade dos(as) produtores e produtoras rurais. Pacheco (2002); Mesquita e Mendes (2012) corroboram com este argumento. Segundo estas autoras, as estratégias dos agricultores(as) estão relacionadas não somente a forças ambientais, mas também a questões de subsistência e de condições econômicas.

Diante da diversidade de características que definem categorias de agricultura familiar, faz-se necessário delimitar de qual agricultura familiar estamos falando quando

⁵ Importante ressaltar que esta caracterização parte de uma visão institucional.

nos referimos ao Norte de Minas Gerais. De acordo com Fonseca (2012), a concentração de terras e o elevado número de pequenas propriedades agrícolas configuram a estrutura agrária no Norte de Minas. Os modelos de exploração se baseiam em “intensas concentrações fundiárias e as dificuldades de redistribuir as terras que permanecem devolutas desde o processo de ocupação da região.” (p. 61). A configuração das populações rurais e tradicionais da região é diversa e se difere das demais regiões do país. Por essa razão, torna-se difícil determinar em quais situações se caracteriza uma população tradicional e em quais circunstâncias se define uma agricultura familiar, uma vez que uma está inserida na outra:

Ao entendermos que existe uma aproximação entre os conceitos de agricultura familiar e populações tradicionais, reafirmamos, aqui, que, no Norte de Minas, encontramos esse dois modelos, sendo que características de uma estão inseridas na outra. Notadamente, o modo de produção de ambos está no caráter singular da base familiar, tanto nas populações tradicionais quanto nas populações que vivem do cultivo da agricultura e que mantêm muito do tradicionalismo ancestral de se trabalhar a terra; todas elas têm sua base na família, na qual o trabalho realizado é dividido entre os seus membros. (FONSECA, 2012; p. 54).

A referida autora afirma que a agricultura familiar, caracterizada pela produção com base na manutenção das famílias nas pequenas propriedades, já faz parte da vida rural Norte mineira. Portanto, é esta a perspectiva adotada neste trabalho em relação ao modo de produção social realizado pelas populações rurais nas quais as mulheres organizadas na ACMONM estão inseridas.

Essa forma de organização social resiste às adversidades por meio de estratégias sociais e econômicas que possam contribuir para a permanência da família no campo. Uma destas estratégias está relacionada ao trabalho feminino, que apresenta fundamental importância para a subsistência do grupo familiar, tanto na esfera reprodutiva quanto produtiva. (MESQUITA E MENDES, 2012). Portanto, nesse contexto a mulher pode ser considerada a principal agente no processo socioprodutivo da agricultura familiar, executando múltiplas tarefas na organização interna das unidades produtivas, o que configura uma das principais estratégias de reprodução social do campesinato. (ROHNETL E SALAMONI, 2010).

Apesar de Paulilo (1987) afirmar que a carência de estudos sobre a mulher rural demonstra um relativo descaso com que essa realidade tem sido tratada, Cordeiro e Scott (2007) argumentam que as abordagens temáticas e teóricas sobre a condição feminina em contextos rurais tem sido crescente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, ainda que tenham alcançado pouca visibilidade nas demais regiões do país. A partir da década de 1980, as reflexões sobre as questões das mulheres rurais começaram a ganhar espaço. Devido à ação coletiva das agricultoras que fortaleceram o cenário político neste período, Cordeiro e Scott (2007) apresentam quatro eixos que ganharam visibilidade política com os movimentos destas mulheres: 1) reconhecimento do trabalho na agricultura e nos sistemas agroextrativistas; 2) lutas pelo direito à terra e pela reforma agrária; 3) acesso aos benefícios da Previdência Social; 4) participação das mulheres na estrutura sindical.

A partir desse contexto, os estudos sobre a temática se delinearam por meio de três vertentes que, por vezes, entrecruzam-se e, em outras, seguem paralelas, são elas: 1) o trabalho das mulheres na área rural; 2) os discursos das mulheres trabalhadoras rurais organizadas em grupos e movimentos; 3) as pesquisas etnográficas sobre campesinato, ribeirinhos(as), populações indígenas, comunidades de coletores(as) e pescadores(as) etc. (CORDEIRO E SCOTT, 2007; p 420). Importante ressaltar que este trabalho vai ao encontro da segunda vertente apontada pelos autores, uma vez que o que nos interessa aqui é analisar os discursos das trabalhadoras rurais que integram a ACMONM para verificar se houve ou não um processo de empoderamento destas mulheres por meio da organização no coletivo, e, caso este processo tenha ocorrido, desvelar qual sua relevância para a luta do grupo.

De acordo com Gomes et al (2016), os estudos de gênero em contextos rurais ganharam destaque e avançaram de maneira significativa nas últimas décadas e devem ser analisados por uma perspectiva interseccional⁶ entre gênero, relações familiares, relações de trabalho e questões socioeconômicas. Tais estudos apresentam uma gama de problematizações que se desdobram e perpassam fenômenos como: globalização, utilização de tecnologias, mudanças no processo de trabalho, mudanças culturais, entre

⁶ “Interseccionalidade, é um conceito cunhado e difundido por feministas negras nos anos 1980, constituiu-se em ferramenta teórico-metodológica fundamental para ativistas e teóricas feministas comprometidas com análises que desvelem os processos de interação entre relações de poder e categorias como classe, gênero e raça em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais/institucionais.” RODRIGUES, 2013; p.1).

outros. É importante compreender que os espaços rurais estão relacionados a modos de ser e de viver, mediados por processos sociais e históricos e, por isso, as discussões de gênero devem reconhecer a pluralidade das manifestações individuais e coletivas dos saberes locais, entendendo que as especificidades locais promovem mudanças no “jeito de ser mulher” e, por isso, nem tudo sobre o tema deve ser universalizado, visto que os elementos mencionados acima são fundamentais para a compreensão das dinâmicas relacionadas à temática em questão. Apesar disso, as relações familiares e de trabalho constituem pontos de convergência das discussões, pois estão presentes em grande parte do tempo e das atividades cotidianas (GOMES et al, 2016).

Os referidos autores fazem um mapeamento dos estudos sobre as relações de gênero no meio rural em várias partes do mundo. Dentre esses estudos estão o das autoras Lia Bryant e Barbara Pini (2009), que tecem discussões de classe e gênero ligadas às interações de trabalho, lazer e família, na Austrália. Já os estudos desenvolvidos por Carmo (2007), em Portugal, relacionam a pluriatividade com a autonomia das mulheres. Hartmann (2010), por sua vez, apresenta a configuração dos papéis de gênero entre contadores de histórias da região da fronteira entre Brasil e Uruguai. Kakuru (2008), em outra direção, aborda a incidência de HIV no contexto africano por meio do recorte de gênero, mostrando como as mulheres são mais suscetíveis à contaminação, o que está diretamente relacionado à reprodução da lógica patriarcal que perpetua as desigualdades de gênero nas comunidades rurais. Além disso, questões relacionadas ao protagonismo das mulheres na luta pela água são apresentadas pelos estudos de Singh, Astrom, Hyden e Wickenberg (2008) na Índia. A autora Berit Brandth (2006), a partir de um estudo com mulheres norueguesas, propõe uma reflexão sobre gênero, corpo e trabalho agrícola. Tavira e Tapia (2008) abordam a perspectiva de gênero nas estratégias produtivas e políticas no desenvolvimento rural mexicano. Segundo este último estudo, o planejamento de um modelo de desenvolvimento rural deve considerar o recorte de gênero em suas várias dimensões, uma vez que devem ser ampliados os espaços ocupados pela mulher, não só na execução, mas também na proposição e elaboração de propostas para o desenvolvimento rural. No estudo de Cherro (2012), realizado junto a grupos de mulheres uruguayas e chilenas, apresenta-se a necessidade de aproximação do movimento feminista junto aos contextos rurais. Já na abordagem de Soriano (2013),

discute-se a questão da feminização das migrações de mulheres do contexto rural de Valência, na Espanha, e afirma-se que este fenômeno é uma consequência da desigualdade social, territorial e de gênero. (GOMES et al, 2016).

Diante de tantos estudos, percebe-se que, de maneira geral, foram muitos os avanços e conquistas das mulheres em espaços rurais. No entanto, a revisão bibliográfica deste tópico aponta que ainda são muitos os obstáculos a serem enfrentados. Heredia (1979); Pacheco (2002); Panzutti (2002); Melo (2002-2003); Paulilo (1987-2004); Herídia e Cintrão (2006); Silva (2007); Schefler (2008); Aguiar e Rosa (2008); Lisboa e Lusa (2010); Silva e Scheider (2010); Mesquita (2012); Salvaro et al (2014) e Rosa (2015) são alguns dos autores(as) que corroboram para a compreensão sobre a dicotomia entre espaço público e espaço privado e sobre a divisão sexual do trabalho, o que é fundamental para refletir sobre a situação da mulher na agricultura familiar. Estes autores discorrem sobre a invisibilidade do trabalho feminino na produção agrícola como um fator que reforça a perpetuação de outras desigualdades de gênero no contexto rural como, por exemplo, a dificuldade de acesso a políticas públicas e à posse da propriedade.

Por essa razão, procuro tratar aqui especificamente desta questão da invisibilidade do trabalho das mulheres rurais, entendendo que essa discussão apresenta centralidade nos estudos sobre a temática. Contudo, antes de prosseguir com esta reflexão, importa dizer que as desigualdades históricas entre a população rural e a população urbana ainda são latentes nos dias atuais. Herídia e Cintrão (2006) afirmam ser preciso considerar as precárias condições de vida e o baixo acesso a políticas públicas no meio rural, realidade esta que contribui principalmente para o aumento das desigualdades específicas de gênero existentes no campo.

A partir dos anos 1970, houve uma redução das desigualdades de gênero na educação, e as mulheres começaram a igualar-se aos homens em relação ao número de matrículas no ensino formal. Já nos anos 1980, as taxas de analfabetismo tornaram-se maiores entre os homens, no entanto não houve melhorias nas condições de trabalho das mulheres rurais. O acesso a recursos básicos de infraestrutura também são imprescindíveis para elevar a qualidade de vida das mulheres no campo, e, entre os anos de 1992 e 2002, ocorreram melhorias no acesso à água, à energia elétrica, à coleta de lixo, ao telefone e ao esgotamento sanitário na zona rural. Todavia, essas melhorias

não foram suficientes para reduzir de maneira significativa as desigualdades existentes entre rural e urbano, principalmente nas regiões mais pobres do país. Essa dificuldade de acesso à infraestrutura básica atinge as mulheres mais intensamente, uma vez que são elas as responsáveis pelo trabalho realizado no domicílio. (HERÍDIA E CINTRÃO, 2006).

Além dessas dificuldades, as desigualdades de gênero estão arraigadas no campesinato, devido a sistemas de valores patriarcais que se perpetuam no meio rural por meio da divisão sexual do trabalho e devido ao modelo de família, elementos que constituem alguns dos pilares deste sistema de opressão (SCHEFLER, 2008). Aplicadas ao campo, as análises de gênero têm mostrado a subordinação e a subvalorização do trabalho das mulheres nas atividades produtivas e reprodutivas. Essas análises também têm demonstrado que as relações entre homens e mulheres no âmbito familiar são tão importantes quanto as relações de classe quando se trata de explicar as diferenças sociais do campesinato, assim como sua reprodução social. É recorrente no país a percepção do trabalho na agricultura e no agroextrativismo como atividade masculina e, embora a mulher participe de inúmeras atividades agrícolas em duplas ou triplas jornadas, a invisibilidade do seu trabalho permanece. (PACHECO, 2002). Portanto, “o paradigma dominante na economia reforça essas desigualdades duplamente: ignora o trabalho reprodutivo não pago, tornando invisível a maior parte do trabalho feminino e ignora a divisão sexual do trabalho.” (SCHEFLER, 2008; p.4).

Os primeiros estudos sobre a divisão sexual do trabalho foram impulsionados pelo movimento feminista na França, em meados dos anos 1970. Em pouco tempo, emergiram várias análises nas ciências sociais acerca da temática. Gradativamente, o trabalho doméstico passou a ser entendido como uma atividade equivalente ao trabalho profissional e, a partir da compreensão da existência destas duas esferas de trabalho, possibilitou-se a reflexão sobre a divisão sexual do trabalho. A priori, a divisão sexual do trabalho era compreendida como a articulação entre estas duas esferas (doméstica e profissional), entretanto, essa análise não foi suficiente para a apreensão deste fenômeno, que começou a ser pensado como uma relação social recorrente entre grupos de homens e grupos de mulheres. Portanto, a divisão sexual do trabalho:

é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado. (HIRATA E KERGOAT, 2007 p. 599).

Sobre a divisão sexual do trabalho no contexto rural, Melo (2003) argumenta que ela é marcada pela atividade produtiva na roça e o trabalho reprodutivo em casa. A autora menciona quatro componentes que contemplam esta divisão social do trabalho no meio rural: 1) A roça, que é a área de terra plantada e o espaço definido socialmente como masculino. 2) A casa, onde são realizadas pelas mulheres as tarefas domésticas e onde elas possuem maior possibilidade de exercer poder. 3) A criação de animais, que é um componente segmentado, visto que o homem é responsável pela criação do gado, e a mulher pela criação de animais de pequeno porte. 4) O quintal, que é um espaço também ambíguo no que tange à divisão sexual do trabalho.

Essa dicotomia de lugares e espaços de atuação do feminino e masculino persiste em contextos rurais, ainda que a mulher há muito integre o processo produtivo agrícola familiar. A participação feminina nas atividades agrícolas familiares, na maioria das vezes, não é remunerada, fato que revela a invisibilidade do trabalho da mulher na agricultura familiar, considerado “ajuda” ou extensão das atividades domésticas. Para Heredia (1979), a oposição entre casa e roçado é o que define o que é ou não trabalho e as atividades desenvolvidas nestes espaços influenciam diretamente a hierarquia familiar, uma vez que o lugar do homem é frequentemente associado espaço do roçado, enquanto à mulher é atribuído o espaço doméstico.

A oposição de lugares reforça, assim, a invisibilidade do trabalho feminino. Brumer (2004) corrobora dizendo que, no contexto rural, as atividades exercidas pelas mulheres são consideradas “ajuda” ainda que elas trabalhem tanto quanto, ou até mesmo mais, que os homens. Isto acontece pela determinação cultural do que é que se considera uma atividade “leve” ou “pesada”. Para Paulilo (1987), estas categorias variam de acordo com quem as realiza e com as condições de exploração da terra:

São “leves” as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho “pesado”, menor para o “leve”, mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. O que determina o valor da diária é, em suma, o sexo de quem a recebe. (p.3)

O que caracteriza o “trabalho leve” não é necessariamente a pouca exigência em termos de tempo ou de esforço, e sim desvalorização social da mulher em oposição à valorização social do homem, o que faz com que o trabalho deste seja considerado “pesado” e digno de remuneração superior em relação ao trabalho daquela. Portanto, conclui-se que “o trabalho é ‘leve’ (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar.” (PAULILO, 1987; p. 7).

Por conseguinte, é possível compreender que, nessa divisão social do trabalho, fruto das relações sociais entre os sexos, é designado ao homem o espaço produtivo e público de maior status social, enquanto as mulheres é atribuído o espaço doméstico e privado, que possui menor prestígio na sociedade. Haveria assim um princípio de separação, compreendendo a divisão entre trabalho feminino e trabalho masculino, e um princípio de hierarquização (HIRATA E KERGOAT, 2007).

Todavia, Saffioti (2015) ressalta que nas sociedades de caça e coleta, já existia divisão sexual do trabalho, no entanto, o trabalho de homens e mulheres nessas sociedades possuía o mesmo valor. Assim, a valorização do trabalho masculino em detrimento do feminino aconteceu em decorrência da produção de excedente econômico há aproximadamente 11 mil anos atrás, e este foi um dos fatores históricos que marcaram a lenta transição destas sociedades igualitárias para a que conhecemos hoje. Quando uma atividade não pode ser contabilizada em termos monetários, não é reconhecida como trabalho, ainda que contribua diretamente para a reprodução da vida, seja por meio do consumo direto ou da venda. Como consequência de toda essa organização social, as atividades realizadas pelas mulheres na produção agrícola estão concentradas nos itens de “produção para consumo” e “trabalho não remunerado”, enquanto os homens estão agrupados nas categorias de “empregados” e “conta própria”. Esses dados reafirmam a invisibilidade do trabalho exercido pelas mulheres nas unidades agrícolas. (MELO, 2002).

De fato, a sociedade coloca a mulher em uma condição inferior a dos homens, e essa realidade influencia em todas as dimensões da vida, especialmente no que tange à divisão sexual dos papéis sociais. Ainda para Melo (2002), a ideologia de complementaridade do trabalho muitas vezes é internalizada pelas próprias mulheres, pois o trabalho feminino é frequentemente considerado sem importância para a geração de renda e para o desenvolvimento rural, e isso tem relação com o domínio do capital, uma vez que o trabalho doméstico, sem valor mercantil, torna-se desinteressante para o modelo econômico vigente. (MESQUITA, 2012).

É preciso destacar que a mulher rural está envolvida em todas as esferas de produção e reprodução da unidade agrícola familiar, exercendo afazeres domésticos e atuando no cuidado com as crianças, bem como desenvolvendo atividades agrícolas, ou seja, desempenhando diversas funções no processo produtivo. Entretanto, o trabalho feminino no campo é considerado “ajuda” ou extensão das atividades domésticas, o que resulta em uma longa jornada de trabalho que é invisibilizada. A condição de membro não remunerado da família expressa uma desigualdade de gênero, mascarando a importância da inserção produtiva das mulheres. (AIRES E SALAMONI, 2013). Portanto, a adoção de uma perspectiva de trabalho baseada na sustentabilidade e igualdade de gênero é necessária para que seja possível garantir o empoderamento das mulheres, “reconhecendo o seu papel como produtoras de bens e gestoras do meio ambiente. Simultaneamente terá que lhes assegurar apoio organizativo, controle sobre recursos produtivos como terra e crédito e capacitação técnica.” (PACHECO 2002; p. 158).

Embora a responsabilidade pelo trabalho produtivo seja associada ao “chefe da casa”, muitas atividades como capinar, preparar a terra para o plantio, semear, colher, dentre outras, são desempenhadas por todos da casa, inclusive pelas mulheres. Contudo, ainda que as atividades femininas sejam essenciais no trabalho e na economia da casa, a figura do homem ainda é preponderante nas famílias rurais. (PANZUTTI, 2002). Como consequência, o homem fica com as tarefas que demandam tomadas de decisões, exercendo, portanto, o poder nos espaços públicos, enquanto às mulheres são atribuídas e naturalizadas as tarefas relacionadas ao cuidado dos filhos, anciãos, enfermos e outras direcionadas à reprodução social do âmbito familiar. (LISBOA E LUSA, 2010).

De acordo com Silva e Schneider (2010), o homem é quem administra os rendimentos da produção no meio rural, o que contribui para a perpetuação das relações

patriarcais no campo. Apesar disso, a participação das mulheres em atividades não agrícolas promove uma autonomia financeira que contribui para a alteração das relações de poder. Este fenômeno é denominado “pluriatividade”, caracterizada como a interação entre a agricultura, a unidade familiar e o mercado de trabalho. Essa prática é um elemento dinamizador do espaço rural, já que possibilita que agricultores(as) conciliem atividades agrícolas com atividades não agrícolas: De acordo com Scheiner (2003):

Até meados da década de 1980, os termos *part-time farming* (agricultura em tempo-parcial) e *pluriactivité* (pluriatividade) eram utilizados quase sempre como sinônimos pelos cientistas sociais. Até então, aceitava-se que a única diferença entre ambos estava relacionada ao fato de que o primeiro termo era de uso corrente entre os analistas de língua inglesa e o segundo, mais ligado à tradição acadêmica francesa. No entanto, mais do que meras diferenças etimológicas (que em certa medida expressam a dificuldade do diálogo intelectual entre essas duas tradições), uma leitura atenta dos trabalhos que utilizam essas noções indica que elas incorporam diferentes interpretações de um fenômeno social que começou a se generalizar ainda na década de 1970, correspondente à diversificação crescente das fontes de renda e da inserção profissional dos indivíduos pertencentes a uma mesma família de agricultores. Nos anos mais recentes, as diferenças semânticas e até mesmo as concepções teóricas acerca das noções mencionadas se alteraram significativamente na literatura internacional, podendo-se, inclusive, perceber a necessidade de consenso em torno da noção de pluriatividade. (p.101).

Caracterizada como a interação entre a agricultura, unidade familiar e mercado de trabalho, esta prática é um elemento dinamizador do espaço rural, ao passo que possibilita que agricultores(as) conciliem atividades agrícolas com atividades não agrícolas. A não valorização do trabalho das mulheres em contextos rurais (CÉZAR, 2014). Diante disso, espaços como escolas, postos de saúde, hospitais e outros socialmente designados como femininos são utilizados frequentemente pelas mulheres rurais para a aquisição de documentos que as nomeiam como agricultoras. A ausência de documentos sobre a propriedade revela a exclusão das mulheres ao direito à terra, e conseqüentemente ao acesso a programas e políticas públicas voltadas para o trabalhador rural. A partir do final da década de 1980, com a conquista de direitos sociais e a municipalização das políticas sociais, as mulheres rurais começaram a lidar mais diretamente com as exigências legais de documentação civil e profissional para acessarem políticas e programas sociais, mas só a partir da década de 1990, por meio de reivindicações e campanhas organizadas por essas trabalhadoras, essa questão começou ganhar visibilidade. A Campanha Nacional de

Documentação “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos”, lançada em 1997 pela Articulação Nacional de Trabalhadoras Rurais (ANMTR), pode ser considerada um marco histórico desta luta. (CORDEIRO 2007).

Apesar das lutas descritas, segundo Brumer e Anjos (2008) e Silva e Schneider (2010), as práticas de herança da terra se baseiam na tradição da manutenção da propriedade e acontecem por meio de mecanismos que promovem a exclusão feminina da sucessão da terra:

“desobrigando a herança para as mulheres, o trabalho realizado na propriedade, considerado ‘ajuda’, não legitimava, sequer para elas mesmas, o recebimento de parcelada herança, reforçando as formas tradicionais de organização das famílias e a dependência em relação aos homens (pai, marido, ou filho). (SILVA E SCHNEIDER, 2010; p.7).

Portanto, nessas formas tradicionais de organização familiar, somente um filho homem é escolhido como sucessor, e os demais são encaminhados ao êxodo. Tal prática sucessória na agricultura familiar é uma estratégia de reprodução social que reforça os papéis de homens e mulheres nas unidades produtivas. (BRUMER E ANJOS, 2008).

Outra desigualdade de gênero no meio rural está relacionada à dificuldade de acesso ao crédito. Mesquita (2012) argumenta que as mulheres não possuem as condições prévias exigidas para acessar recursos que possibilitem a aquisição dos materiais e instrumentos necessários para a produção. Dentre essas condições estão a terra, a infraestrutura, a documentação e outros.

Examinando alguns programas em vigência constatamos que o baixo percentual de participação das mulheres é bastante similar em vários deles. No Programa de Geração de Emprego e Renda para a Área Rural (Proger Rural), por exemplo, essa participação é apenas de 6%. No Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Rural (Pronaf), as mulheres representam 7% do universo dos beneficiários, e entre os chefes de família da área rural, em oito estados, chegam a pouco mais de 10% (Ibase, 1999). No Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO Especial), também apenas 7% dos projetos estão em nome de mulheres (PACHECO, 2002; p. 147).

Tais políticas são negligentes em relação às mulheres, visto que não consideram as relações sociais de gênero e tendem a excluir a mulher rural, portanto, as políticas públicas, os programas e os projetos sociais que buscam promover a equidade devem aplicar um enfoque de gênero em todas as suas ações direcionadas para o desenvolvimento. (LISBOA E LUSA, 2010).

É possível notar em diversas regiões do Brasil a exclusão das mulheres também dos cursos de capacitação voltados para a formação técnica da produção agrícola, bem como das organizações associativas que disputam crédito. Embora tenha aumentado nos últimos anos a participação feminina nos sindicatos, ainda é reduzida a presença de mulheres rurais em organizações econômicas, o que limita o acesso a oportunidades iguais que poderiam promover a equidade entre os gêneros. (PACHECO, 2002). Dessa maneira, a falta de reconhecimento da mulher rural como produtora agrícola resulta na desvalorização da sua capacidade produtiva, o que dificulta a sua inclusão no rol dos beneficiários de programas de crédito rural:

Os programas governamentais voltados para o segmento dos produtores da agricultura familiar, ao não contemplarem a mulher integrante desse processo de produção, estão desconsiderando o seu trabalho. Desta forma, omitem a relação social de equidade entre o homem produtor e a mulher produtora, negando à mulher o direito de igual participação. Desconsiderar o trabalho da mulher na agricultura familiar é deixá-lo invisível, é ignorar a sua contribuição econômica na produção agrícola e isto não é justo. É preciso dar visibilidade ao trabalho da mulher, não somente na agricultura familiar, mas em todos os campos de trabalho. (MELO, 2002; p. 238).

Contudo, é importante ressaltar que no ano de 2003 houve um avanço neste sentido, com a criação do PRONAF-mulher⁷, uma linha de crédito que visa à valorização do trabalho feminino na produção agrícola aumentando a capacidade produtiva das trabalhadoras rurais (ARAÚJO, 2016). A valorização do trabalho da mulher no meio rural também é uma maneira de garantir o desenvolvimento da agricultura familiar. Para tanto, são necessárias transformações sociais e políticas que promovam equidade, inclusão social e mudanças nas relações de gênero. Sendo assim, assegurar às mulheres agricultoras o controle sobre os recursos produtivos como terra e crédito, bem como capacitação técnica,

⁷ O PRONAF é uma política pública criada pelo governo federal em 1996 com o objetivo de prover crédito agrícola e apoio institucional para pequenos produtores rurais. O PRONAF Mulher foi criado para facilitar o acesso das mulheres agricultoras rurais aos recursos do PRONAF. (ARAÚJO, 2016).

é importante para o desenvolvimento socioeconômico não só da agricultura familiar como também é fundamental para a promoção da visibilidade destas trabalhadoras rurais. (MESQUITA E MENDES 2012).

Diante do que foi exposto, compreende-se que a divisão sexual do trabalho constitui a base material das desigualdades de gênero no campo, bem como aspectos econômicos, sociais e simbólicos. Para superar tais desigualdades, faz-se necessário compreender as complexidades destas relações para além da aparência. É preciso compreender sua dinâmica, visto que a hierarquia entre os gêneros na agricultura familiar não é encontrada somente no reconhecimento da produção agrícola, como também na posição que mulheres e homens ocupam na comunidade. (NOBRE, 1998).

As relações patriarcais reproduzidas na sociedade e de maneira mais incisiva no campo, por meio de um complexo sistema de dominação, é o que determina a posição de subordinação e invisibilidade das mulheres no campo e, por essa razão, o empoderamento, a organização e a luta destas trabalhadoras rurais surgem e se ampliam no contexto atual para o enfrentamento e superação dessa realidade por elas vivenciada.

2.2. Gênero e Patriarcado.

Para compreender a formulação do conceito de gênero, faz-se necessário resgatar o histórico dos primeiros estudos sobre a condição feminina, que têm suas raízes no movimento feminista. Louro (1997) afirma que o surgimento do feminismo enquanto movimento social organizado é usualmente associado à Europa do século XIX. Costa e Sardenberg (1994), por sua vez, afirmam que, enquanto manifestação política, o feminismo surge junto à mobilização da Revolução Francesa. Já Temoteo (2013) argumenta que o movimento surge no contexto das ideias iluministas, e Nogueira (1996) aponta a Revolução Industrial e, posteriormente, as duas grandes guerras como geradoras das principais causas políticas, históricas e sociais responsáveis por desencadear o movimento feminista no Ocidente. Entretanto, Zirbel (2007) argumenta que ações de enfrentamento às opressões das mulheres não se limitam ao período histórico e nem ao espaço geográfico em que foi registrado o “surgimento” do feminismo.

Em entrevista concedida a Costa e Maluf (2001), Ella Shohat⁸ discorre sobre as múltiplas genealogias do feminismo. Esta pensadora faz uma crítica ao reducionismo histórico do feminismo a uma única perspectiva ocidental:

Ela parte de um olhar antropológico sobre a experiência de gênero em diferentes comunidades e práticas culturais, na relação dessas comunidades entre si, entre leste e oeste, primeiro e terceiro mundo, mulheres brancas e mulheres não brancas, para desvendar um outro feminismo, não o feminismo civilizador do ocidente, mas o feminismo relacional das diferentes comunidades e práticas sociais. Nesse sentido, seria preciso falar em feminismo no plural. (COSTA E MALUF, 2001; p. 148).

Não se trata aqui, porém, de resgatar o histórico do feminismo nas diversas sociedades, visto que esta não é uma história linear, mas sim de explicitar o quão complexo é tentar identificar a origem do movimento feminista, que está situado em um contexto mais amplo, embora o nascimento do vocábulo tenha ocorrido em meados do século XIX na Europa Ocidental. Faz-se necessário destacar que o feminismo também não é um movimento homogêneo, já que são diversas as vertentes⁹ que convergem na busca pela superação das desigualdades entre homens e mulheres e pela busca de autonomia e emancipação das mulheres, o que pode ser identificado em grupos e contextos históricos os mais diversos. (ZIRBEL, 2007).

A efervescência da chamada “segunda onda” do feminismo, no final da década de 1960, impulsiona as construções teóricas feministas. Assim, o fazer intelectual é “contaminado” pela produção dos chamados estudos da mulher. Esse momento histórico foi marcado pela obra de Simone Beauvoir, *O Segundo Sexo*, lançada em 1949 (LOURO 1997). Este clássico dos estudos feministas “abriu um debate político mais radical lançando as matrizes teóricas de uma nova etapa do feminismo” (SCAVONE, 2008; p. 175).

⁸ “Ella Shohat é hoje, nos Estados Unidos, uma das principais pensadoras sobre as articulações entre cinema, teorias feministas e estudos pós-coloniais [...] Ela parte de um olhar antropológico sobre a experiência de gênero em diferentes comunidades e práticas culturais, a relação dessas comunidades entre si -entre leste e oeste, primeiro e terceiro mundo, mulheres brancas e mulheres não brancas - para desvendar um outro feminismo, não o feminismo civilizador do ocidente, mas o feminismo relacional das diferentes comunidades e práticas sociais. Nesse sentido, seria preciso falar em feminismo no plural.”(COSTA e MALUF, 2001; p. 1).

⁹ Dentre as diversas vertentes do feminismo, destacam-se: feminismo radical, feminismo cultural, feminismo liberal, feminismo negro, feminismo interseccional, eco feminismo e feminismo marxista.

Tabak (2002) chama atenção para o fato de que foi nos EUA, a partir da década de 1970, que se implementaram os primeiros programas de estudos da mulher. Zirbel (2007) corrobora afirmando que, nas décadas de 1960 e 1970, nos Estados Unidos e na Europa, pesquisadoras feministas começaram a investigar as causas da sujeição feminina. Elas defendiam que a opressão das mulheres tinha como base uma organização social e cultural hierárquica, e negavam a lógica binária de mundo em que a desigualdade entre homens e mulheres justificava-se pela ideia de que as mulheres eram moldadas pela sua “natureza”, que pré-determinava seu lugar na estrutura familiar, bem como em todas as esferas da sociedade.

Portanto, as acadêmicas feministas refutaram o determinismo biológico/sexual das explicações vigentes sobre a opressão das mulheres nas diversas sociedades e começaram a apontar para a complexidade das relações políticas e sociais que legitimavam a dominação masculina¹⁰. De acordo com Heilborn e Sorj (1999), a origem dos estudos feministas norte americanos encontra-se no bojo dos movimentos de protestos ocorridos nas universidades durante os anos 1970, inspirados no questionamento acerca da despolitização do fazer acadêmico das ciências sociais. À frente destes movimentos estavam as feministas que problematizavam a organização científica e profissional dominante. Para Scavone (2008), o campo de estudos sobre as mulheres consolidou-se paralelamente à fase contemporânea do feminismo, especialmente na Europa pós 1968.

Na América Latina, as primeiras manifestações feministas surgem na primeira metade do século XIX, por meio da imprensa feminina, que era a principal ferramenta para divulgar as ideias feministas naquele momento. No início do século XX, já existiam organizações feministas socialistas, anarquistas e liberais em diversos países latino-americanos (TIMOTEO, 2013). Os discursos feministas na América Latina emergiram atrelados às especificidades locais e às “lutas pelas liberdades democráticas (no Brasil, Argentina, Uruguai, Chile), nas lutas pela moradia e por melhores condições de vida (no Peru e no Brasil), no movimento operário e camponês (Bolívia).” (SOUZA-LOBO, 2011;p. 163). Segundo Zinani (2006), os estudos de gênero na América Latina não possuem a mesma expressão que na Europa e nos Estados Unidos, visto que os países latino-americanos:

¹⁰ De acordo com Bourdieu (2011), “a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos.” (p. 18).

foram marcados por uma multiplicidade de experimentos oligárquicos, tais como: ditaduras, tentativas liberais, experiências populistas, movimentos populares, ensaios modernizantes, o que, de certa maneira, reflete a pluralidade étnica, cultural, social, econômica e política do labirinto latino-americano, com reflexos significativos na produção literária ocorrida no continente. (p. 254).

Sendo assim, é importante evitar incorrer no erro do universalismo no que tange aos estudos de gênero, para não projetarmos para toda a humanidade a experiência histórica e problematização de mundo do feminismo norte-americano e europeu. (ESPINOZA ET al, 2014 *apud* DUTRA E BANDEIRA 2015).

Segundo Scavone (2008), os estudos feministas contribuíram para a compreensão dos problemas acerca das relações de gênero na sociedade, associados a uma reflexão política e social mais ampla: “em termos de Brasil e América Latina, as contradições de classe e raça marcaram muito as temáticas trabalhadas e a expansão desses estudos.” (p.177). De acordo com a referida autora, os objetos das pesquisas sociológicas são orientados, em grande medida, pelas questões sociais, e a produção teórica brasileira não foge à regra. Dessa maneira, diversos problemas passaram a ser pensados pela ótica de gênero por meio de pesquisas empírico-teóricas, dentre elas: a violência, a responsabilidade feminina pelo espaço privado, o assédio sexual, a saúde reprodutiva e outros.

No Brasil, os estudos sobre a condição da mulher acompanharam os diferentes momentos do movimento feminista no país (SILVA, 2000). Segundo a referida autora, os movimentos das mulheres brasileiras são heterogêneos e não lineares, ou seja, apresentam diferentes nuances. As transformações sociais, culturais, políticas e econômicas ocorridas desde o final da década de 1950 e durante os anos 1960 no Brasil acarretaram mudanças no que tange à participação feminina nos espaços historicamente dominados por homens; na esfera do trabalho e nas universidades, por exemplo. Desta realidade, originaram-se os primeiros estudos sobre a condição feminina no país. (ZIRBEL, 2007).

Segundo Grossi (1998), os estudos de gênero são fruto das lutas libertárias dos anos 60, especialmente dos movimentos sociais de 1968: “as revoltas estudantis de maio

em Paris, a primavera de Praga na Tchecoslováquia, os black panthers, o movimento hippie e as lutas contra a guerra do Vietnã nos EUA, a luta contra a ditadura militar no Brasil.” (GROSSI, 1998; p. 2). Segundo esta autora, devido à Ditadura Militar, o feminismo se desenvolveu com algumas particularidades no Brasil, e o caráter de luta de classe e contra a ditadura marcou as primeiras publicações feministas dos anos 1970. Como exemplo deste fenômeno na produção acadêmica feminista, o trabalho “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, de Heleieth Saffioti, em 1967, foi pioneiro na produção acadêmica brasileira. Neste mesmo período, o movimento feminista avança no país e se caracteriza por um intenso compromisso político e uma forte preocupação com a pesquisa sobre as mulheres.

Portanto, nos anos 1970 surge o campo de estudos em torno da preocupação sobre a condição feminina no Brasil, reflexo das práticas do movimento feminista. A partir dos anos 1980, deixa-se de falar em "condição feminina" para falar em estudos sobre as mulheres, entendendo que não é possível tratar de uma única condição feminina, uma vez que existem muitas diferenças entre as mulheres. Desencadearam-se, então, diversas pesquisas acerca do tema que problematizavam a determinação biológica da "condição feminina" (GROSSI, 1998-2004).

Costa (1994) afirma que os estudos da mulher no Brasil possuem alta qualidade e dinamismo. Na década de 1970, o Brasil passava por uma série de transformações sociais decorrentes do golpe militar de 1964. Tais mudanças conjunturais alteraram profundamente as relações tradicionais entre os sexos. A inserção feminina nas universidades aumentou devido à expansão da educação de nível superior neste período e, concomitante a isto, ocorre o fortalecimento das ciências sociais no país, consequência da reforma universitária. Os estudos da mulher por via da pesquisa começam, então, a desenvolver-se e, em meados de 1980, a temática das relações sociais entre os sexos ganhou força na academia brasileira.

Entretanto, a repressão do regime militar atinge as universidades e especialmente as ciências sociais. Isso desencadeou a criação de centros de pesquisa independentes que, com o apoio de agências internacionais, tornaram-se “o pólo dinâmico de inovação das ciências sociais. Estes espaços novos, dedicados exclusivamente à pesquisa, acolheram com menos dificuldade o emergente interesse pelo tema mulher.” (COSTA, 1994; p. 403).

De acordo com Zirbel (2007), o final dos anos 1980 é marcado pela expansão dos estudos de gênero no Brasil. Como consequência, em menos de dez anos diversos grupos ligados às questões das mulheres passaram a usar o conceito “gênero”. Dentre estes grupos estão ONGs, instituições governamentais, sindicatos, partidos políticos, coletivos de mulheres, centros de pesquisas e diversos outros que historicamente se aproximaram em alguma medida do feminismo. De acordo com a referida autora, “poderíamos chamar este período (segunda metade dos anos 1980 e a década de 1990) como o período da institucionalização do feminismo e da implantação dos estudos/conceito de gênero.” (p.21).

Segundo Heliborn e Sorj (1999), foi a partir da década de 1980 que o termo “mulher” passou a ser substituído gradativamente pelo termo “gênero” para identificar esta área de estudos no país:

Em termos cognitivos esta mudança favoreceu a rejeição do determinismo biológico implícito no uso dos termos sexo ou diferença sexual e enfatizou os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e masculino. Os homens passaram a ser incluídos como uma categoria empírica a ser investigada nesses estudos e uma abordagem que focaliza a estrutura social mais do que os indivíduos e seus papéis sociais foi favorecida. Gênero, como uma categoria de análise, também foi usado pelas acadêmicas feministas para criticar os pressupostos que informam os principais paradigmas da teoria social. Em outras palavras, não se trataria apenas de entender a relevância das relações de gênero na organização da vida social, mas como o gênero afeta o próprio conhecimento produzido pelas ciências sociais. (p.5)

Tal substituição contribuiu para a aceitação deste campo de pesquisa no mundo acadêmico, ao passo que favoreceu o rompimento dos preconceitos existentes na academia em relação à politização dos termos mulher e feminismo, nascidos no bojo dos movimentos feministas. Segundo Scott (1995), isso foi uma consequência do reconhecimento político do campo de pesquisas sobre mulheres. Nesse sentido, Costa (1998) tece uma crítica ao caráter despolitizado do conceito de gênero no que tange à preocupação com o rigor acadêmico. Para esta autora, “o gênero ficava, por assim dizer, entre o homem e a mulher, e não nas relações de poder que estruturam sistemas de desigualdade e opressão.” (p. 131). Safiotti (2015) corrobora argumentando que o conceito de gênero não implica a desigualdade e nem aponta a parte oprimida. Deste modo, ela defende o uso do conceito *patriarcado* como um “caso específico das relações de gênero”

(p, 126). Para Scott (1995), a utilização do termo “gênero” em detrimento de “mulheres” implica que o estudo sobre mulheres é necessariamente o estudo sobre os homens. Para a autora, a experiência do sexo feminino está imbricada à experiência do sexo masculino, e ambas não podem ser dissociadas.

Louro (1997) concorda com Scott (1995) pois, se é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros, estes estudos devem priorizar as análises sobre as mulheres, todavia sem desconsiderar também os homens, evitando generalizações de ambos. Tais estudos devem reconhecer as distintas sociedades e momentos históricos e afastar-se das proposições essencialistas, voltando suas análises para um processo, uma construção e não para algo previamente estabelecido:

O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem. (LOURO, 1997; p. 23).

Portanto, o gênero é construído e transformado historicamente, por meio das relações sociais, símbolos, representações e práticas. (LOURO, 1997). Diante disso, ao longo de mais de dois séculos, a história das lutas feministas deram visibilidade às questões de gênero nos mais diversos campos sociais. Assim, as ideias defendidas pelo movimento feminista criaram as condições para a emergência de uma teoria crítica acerca da condição feminina e influenciaram estudos e pesquisas científicas sobre as relações sociais de sexo/gênero na academia ou fora dela. Historicamente, os estudos de gênero e feministas comprometeram-se com a transformação das relações de dominação masculina e foram “marcados pelas ressonâncias das lutas por redistribuição, justiça e direitos políticos e sociais e/ou por lutas pelo reconhecimento e/ou identitárias.” (SCAVONE, 2008; p. 176). Segundo a autora, as análises decorrentes do diálogo estabelecido entre a teoria feminista e a Sociologia evidenciaram problemas sociais marcados pela relação de poder e dominação entre os sexos, considerando também as questões de classe e raça/etnia.

Teorias explicativas e diversos conceitos tomaram o lugar da historicidade básica da dominação masculina, dialogando com o marxismo, o estruturalismo, a psicanálise e o pós-estruturalismo, ganhando força no universo das teorias sociais contemporâneas. Na academia brasileira e internacional, o conceito de gênero ganhou visibilidade, dando nome aos estudos da construção social das diferenças entre os sexos e o aprofundamento e a diversificação desse conceito é o que torna possível falar atualmente em teorias de gênero. A sociologia rompeu com a dicotomia indivíduo x sociedade, abrindo espaço para o estudo da diferenciação social. Esse processo corroborou com a desconstrução de outras dicotomias, como natureza x cultura; particular x universal; sujeito x objeto, que propiciou um longo caminho de transição de paradigmas na construção de abordagens não totalizantes nas Ciências Sociais. Esta nova perspectiva contribuiu para a compreensão dos problemas sociológicos por meio de um “olhar de gênero” que questionava a ordem sexual tida como natural. (SCAVONE, 2008).

A referida autora aponta Gayle Rubin, antropóloga estadunidense e feminista, como uma das estudiosas que contribuiu na construção deste conceito:

Em um de seus primeiros textos sobre a questão que se tornaram clássicos na área, *The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex*, Rubin procurou responder teoricamente à recorrência da opressão e subordinação social das mulheres com base em um diálogo crítico com a teoria antropológica de Lévy-Strauss, com a psicanálise freudiana e com o marxismo. (SCAVONE, 2008; p. 179).

Rubin (1975) argumenta que gênero é uma construção da divisão dos sexos imposta socialmente e produzida por meio das relações sociais da sexualidade, e nomeia este processo de “sistema sexo/gênero” (SCAVONE, 2008).

A compreensão do conceito de gênero enquanto diferença sexual é uma deficiência do pensamento feminista, uma vez que esta é uma percepção simplista que não ultrapassa a questão da diferença entre o feminino e o masculino. Para a autora, a ênfase no sexual faz com que o pensamento feminista permaneça atrelado ao patriarcado ocidental e imerso nos discursos dominantes, incorrendo na reprodução das narrativas fundadoras biológicas. (LAURETIS, 1994).

Dessa maneira, ela aponta duas limitações do conceito de diferença(s) sexual(ais), são elas: 1) A limitação do pensamento crítico feminista à concepção de uma oposição universal de sexo, ou seja, a mulher como a diferença do homem e ambos universalizados ou, ainda, a mulher como simplesmente diferente por si só e, mais uma vez, universalizada. 2) A compreensão das diferenças de gênero pelo viés meramente biológico, centrado na experiência de relações de sexo, desconsiderando as relações de classe e raça e também as representações culturais, portanto, desconsiderando as multiplicidades e contradições do sujeito que não é único e nem simplesmente dividido.

Lauretis (1994) defende a necessidade de desconstruir esta percepção do conceito de gênero atrelada à de diferença(s) sexual(ais), para que se torne possível a compreensão de que gênero é uma derivação da diferença sexual e que não pode ser confundida com ela, portanto, não é uma propriedade de corpos e nem sempre existiu nos seres humanos. A autora recorre à visão teórica foucaultiana para pensar gênero como “o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais” (FOUCAULT apud LAURETIS, 1994; p 208).

A autora compreende gênero como um produto e processo de tecnologias sociais¹¹ e aponta quatro proposições:

1)Gênero é (uma) representação – o que não significa que não tenha implicações concretas ou reais, tanto sociais quanto subjetivas, na vida material das pessoas. Muito pelo contrário.

2)A representação do gênero é a sua construção – e num sentido mais comum pode-se dizer que toda a arte e a cultura erudita ocidental são um registro da história dessa construção.

3)A construção de gênero vem se efetuando hoje no mesmo ritmo de tempos passados, como da era vitoriana, por exemplo. E ela continua a ocorrer não só onde se espera que aconteça –na mídia, nas escolas públicas e particulares, nos tribunais, na família nuclear extensa ou monoparental – em resumo naquilo que Louis Althusser denominou “aparelhos ideológicos do Estado”. A construção do gênero também se faz, embora de forma menos óbvia, na academia, na comunidade intelectual, nas práticas artísticas de vanguarda, nas teorias radicais, e até mesmo, de forma bastante marcada, no feminismo.

4)Paradoxalmente, portanto, a construção do gênero também se faz por meio da sua desconstrução, quer dizer, em qualquer discurso, feminista ou não, que veja o gênero apenas como uma representação ideológica falsa. O gênero, como o

¹¹ Segundo a referida autora, tecnologias sociais são todos elementos que contribuem para implementar ideologias sociais, o cinema é um exemplo. Para Lauretis, o cinema pode ser considerado uma tecnologia de gênero porque contribui para reforçar os papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres.

real, é não apenas o efeito da representação, mas também o seu excesso, aquilo que permanece fora do discurso como um trauma em potencial que, se/quando não contido, pode romper ou desestabilizar qualquer representação. (LAURETIS, 1994; p. 209).

Na quarta e última proposição, Lauretis dialoga com Louro (1997) acerca do processo de desconstrução da oposição binária que é construída e não inerente. De acordo com esta autora, a lógica dicotômica constitui uma oposição entre um polo dominado e outro dominante, e por essa razão faz-se necessário:

perturbar essa idéia de relação de via única e observar que o poder se exerce em várias direções. O exercício do poder pode, na verdade, fraturar e dividir internamente cada termo da oposição. Os sujeitos que constituem a dicotomia não são, de fato, apenas homens e mulheres, mas homens e mulheres de várias classes, raças, religiões, idades, etc. e suas solidariedades e antagonismos podem provocar os arranjos mais diversos, perturbando a noção simplista e reduzida de "homem dominante versus mulher dominada". (LOURO, 1997; p. 33).

Sendo assim, a desconstrução desta lógica abre possibilidades para a compreensão e inclusão de diversas formas de feminilidade e masculinidade, integrando os sujeitos sociais que não se “enquadram” nos papéis de gênero pré-estabelecidos. O termo “gênero” é, portanto, a representação de uma relação de pertencimento a um grupo, uma categoria, uma classe¹². Fazendo referência a sua segunda proposição, ela afirma que o gênero estabelece uma relação “entre uma entidade e outras entidades previamente constituídas como uma classe, uma relação de pertencer; assim, o gênero atribui a uma entidade, digamos a uma pessoa, certa posição dentro de uma classe e, portanto uma posição vis-à-vis outras classes pré-constituídas.” (LAURETIS, 1994; p. 210). Logo, a autora compreende que gênero representa uma relação social ou um indivíduo por meio de uma classe, e não o indivíduo em si.

As construções culturais do que é feminino e do que é masculino, enquanto categorias que se complementam e que se excluem mutuamente, estabelecem o que Lauretis (1994) denomina “sistema de gênero” dentro de cada cultura. É um sistema

¹² A autora enfatiza que usa o termo “classe” deliberadamente e não enquanto classes sociais, no sentido proposto por Karl Marx.

simbólico que se difere de acordo com cada sociedade, mas que sempre está interligado a fatores políticos e econômicos. Esse sistema estabelece uma relação entre o sexo e elementos culturais, valores e hierarquias sociais. Portanto, o sistema sexo-gênero confere significado a indivíduos dentro de uma determinada sociedade que, em alguma medida, são representados por meio de um processo e de um produto fruto da construção sociocultural de gênero. (LAURETIS, 1994).

O conceito de gênero pode ser acionado tanto por meio do uso empírico, para distinguir e descrever categorias, quanto por meio do uso analítico, no sentido de explicar relações que se estabelecem entre elas. O uso empírico ou analítico do termo gênero é politizante, já que produz efeitos na sociedade enquanto ferramenta desconstrutiva. Todo histórico de estudos sobre as mulheres e estudos de gênero aponta de que maneira as diferenças entre homens e mulheres variam no tempo e no espaço e são definidas pela organização social e cultural de cada sociedade, e não pela natureza. (TEDESCHI, 2007).

Para Tedeschi (2007), o uso do conceito de gênero em seus aspectos empírico e analítico não é contraditório, e a análise das relações de gênero e dos seus efeitos na sociedade não deve prescindir do conhecimento sobre o comportamento das mulheres e dos homens como categorias sociais. Para este autor, apenas o viés empírico deste conceito não é suficiente, uma vez que limita-se à constatação das diferenças e desigualdades: “o empirismo descreve o mundo tal como este é e, embora possa politizar seus achados por meio da demonstração das formas como as mulheres são vitimadas socialmente, conta com poucos recursos para apontar mudanças e soluções.” (TEDESCHI, 2007; p. 112). Nesse sentido, o autor defende que a abordagem analítica, que pressupõe a abordagem empírica, tem maiores condições de apontar transformações, visto que consegue detectar os princípios e as representações que estabelecem as desigualdades de gênero.

Scott (1995) propõe uma análise histórica do conceito de gênero e propicia uma compreensão do caráter relacional, transversal e variável deste conceito enquanto uma categoria analítica¹³. Segundo esta autora, inicialmente o termo gênero aparece entre as

¹³ Acerca do uso descritivo do conceito, importa dizer que Scott (1995) afirma que está relacionado ao estudo daquilo que toca as questões e experiências das mulheres. Segundo a autora “ainda que, nessa utilização, o termo “gênero” sublinhe o fato de que as relações entre os sexos são sociais, ele nada diz sobre as razões

feministas americanas, que enfatizavam o caráter social das diferenças de sexo e rejeitavam o determinismo biológico no uso do termo “diferença sexual”. Estas estudiosas preocupavam-se com o caráter relacional do conceito, pois entendiam que os estudos sobre mulheres não poderiam limitar-se às definições da feminilidade, e sim deveria-se compreender os elementos recíprocos dos sexos.

As pesquisadoras feministas acreditavam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria os paradigmas disciplinares e os critérios do trabalho científico. A autora cita três historiadoras feministas que disseram:

“Nós estamos aprendendo que inscrever as mulheres na história significa necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é demais dizer que ainda que as tentativas iniciais tenham sido hesitantes, uma tal metodologia implica não somente uma nova história de mulheres mas também uma nova história.” (GORDON; BUHLE; DYE apud SCOTT, 1995; p. 73).

A capacidade analítica do conceito de gênero é que vai determinar de que maneira essa nova história vai incluir a experiência das mulheres. As estudiosas feministas tinham uma visão política mais ampla, a qual acionava as categorias de classe e raça somadas à de gênero para pensar e produzir esta nova história. Isso demonstrava o interesse por analisar as natureza destas opressões e a “compreensão de que as desigualdades de poder estão organizadas, ao longo de no mínimo três eixos.” (SCOTT, 1995; p 73). A autora apresenta duas proposições para sua definição de gênero:

(1) O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos.

(2) O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de poder. (SCOTT, 1995; p.86).

pelas quais essas relações são construídas como são, não diz como elas funcionam ou como elas mudam.” (p.76).

Sobre sua primeira proposição, a autora apresenta quatro elementos que, segundo ela, estão inter-relacionados. O primeiro é o simbólico, os símbolos culturais que acionam as representações simbólicas. Um exemplo são as figuras de Eva e Maria na tradição cristã ocidental, representando simbolicamente a mulher. O segundo elemento está relacionado aos conceitos normativos que interpretam os símbolos e que se expressam em doutrinas religiosas, educativas e políticas que ditam o lugar do homem e da mulher por meio de uma oposição binária fixa. O terceiro aspecto diz respeito às instituições e à organização social que legitimam a representação binária e, finalmente, o quarto elemento é a identidade subjetiva no sentido da reprodução do gênero. Para Scott (1995) nenhum desses elementos pode operar sem os outros, contudo não operam simultaneamente, como se fossem reflexo uns dos outros.

Todavia, Scott ressalta que a teorização do gênero é desenvolvida em sua segunda proposição. Ela acredita que o gênero é o primeiro campo por meio do qual o poder é articulado, embora não seja o único. Assim, o gênero “parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas” (SCOTT, 1995; p. 88). Para a autora, o poder político não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher, ele o estabelece. Portanto, Scott acredita que a oposição binária do processo social das relações de gênero está integrada no próprio significado de poder e que a alteração de seus aspectos ameaça a todo o seu sistema.

Scott (1995) aponta três abordagens na análise de gênero construídas pelos(as) historiadores(as) feministas. A primeira está associada às origens do patriarcado, a segunda é amparada pela tradição marxista e comprometida com as críticas feministas e a terceira é inspirada pelas diferentes escolas de psicanálise e está dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação do objeto. A autora apresenta a crítica dos(as) historiadores(as) acerca das teorias do patriarcado: para estes(as) estudiosos(as), tais teorias não relacionam as desigualdades de gênero às demais desigualdades. Em relação à perspectiva marxista, a autora admite a existência de uma abordagem mais histórica, uma vez que esta é direcionada por uma teoria da história, entretanto, ela argumenta que a explicação materialista de gênero limita o desenvolvimento de novas linhas de análise para o conceito em questão.

Segundo Saffioti (2015), não pode haver uma só sociedade sem gênero, tendo em vista as imagens do que as sociedades constroem do que é masculino e do que é feminino. De acordo com esta autora, gênero é uma categoria de análise e também uma categoria histórica, que tem demandado muito investimento intelectual para a sua investigação. Enquanto categoria histórica, o conceito tem sido concebido em várias instâncias e aspectos diversos têm sido enfatizados, mantendo o consenso de que gênero é a construção social do masculino e do feminino (SAFFIOTI, 2015).

A referida autora define o patriarcado como uma forma de expressão do poder político masculino, um sistema de dominação-exploração dos homens sobre as mulheres. Para ela, “colocar o nome da dominação masculina - patriarcado - na sombra significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação-exploração” (p. 59). A transformação das relações entre homens e mulheres no sentido da consolidação da estrutura hierárquica é de 2.603-4 anos, ou seja, o patriarcado é um sistema muito novo diante da idade da humanidade, enquanto as construções sociais de gênero sempre estiveram presentes, embora o conceito ainda não existisse (SAFFIOTI, 2015).

De acordo com a autora, o conceito de patriarcado, assim como os demais fenômenos sociais, está em permanente transformação. Ela apresenta seis características deste conceito: 1) não se trata de uma relação privada, mas civil; 2) dá diretos sexuais aos homens sobre as mulheres; 3) configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4) tem uma base material; 5) corporifica-se; 6) representa uma base de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência. Portanto, o patriarcado não só apresenta uma hierarquia entre as categorias de sexo como também uma contradição de interesses:

Isto é, a preservação do status quo consulta os interesses dos homens, ao passo que transformações no sentido da igualdade social entre homens e mulheres respondem às aspirações femininas. Não há, pois, possibilidades de se considerarem os interesses das duas categorias como apenas conflitantes. São, com efeito, contraditórios. Não basta ampliar o campo de atuação das mulheres. Em outras palavras, não basta que uma parte das mulheres ocupe posições econômicas, políticas, religiosas, etc., tradicionalmente reservadas aos homens. Como já se afirmou, qualquer que seja a profundidade da dominação-exploração da categoria mulheres pela dos homens, a natureza do patriarcado continua a mesma. A contradição não encontra solução neste regime. Ela admite a superação, o que exige transformações radicais no sentido da preservação das

diferenças e da eliminação das desigualdades, pelas quais é responsável a sociedade. (SAFFIOTI, 2015; p. 114).

Em uma ordem não patriarcal, essa contradição de interesses entre os gêneros não estaria presente, e os possíveis conflitos poderiam ser solucionados de maneira isenta a hierarquias, ou seja, de forma igualitária (SAFFIOTI, 2015).

De acordo com Melo (2003), a explicação das diferenças de gênero por meio da abordagem do patriarcado é limitada, visto que congela as categorias ao explicar a opressão das mulheres basicamente pela dominação masculina, enquanto a abordagem pós-estruturalista permite maior flexibilização das categorias via desconstrução. É certo que a desconstrução das categorias de gênero faz-se necessária para romper com as definições pré-estabelecidas do que é ser mulher ou do que é ser homem, com a ruptura da dicotomia de espaços (público/privado) e com a divisão sexual do trabalho, que reconhece e privilegia o trabalho masculino em detrimento do feminino por meio das características atribuídas socialmente e culturalmente a ambos os sexos. Por outro lado, a abordagem estruturalista da dominação masculina é relevante para a compreensão de que a opressão das mulheres está enraizada na estrutura de uma sociedade com valores patriarcais e de que esta realidade pode ser superada através do protagonismo das mulheres como um grupo, a partir de um processo de empoderamento.

2.3. O conceito de empoderamento.

Diante do que foi apresentado anteriormente, compreende-se que a mulher rural encontra-se em situação de vulnerabilidade social¹⁴. A invisibilidade da sua condição de agricultora, marcada pela divisão sexual do trabalho, promove a exclusão social, política e econômica destas mulheres. Por essa razão, procuro nesta seção refletir sobre o processo de empoderamento como uma ferramenta para o enfrentamento e superação dessa vulnerabilidade.

¹⁴ As mulheres em contextos urbanos também.

Ao envolver uma estratégia que tem como objetivo promover mudanças nas estruturas de poder que colocam a mulher em situação de desvantagem em relação aos homens, o processo de empoderamento ganha destaque (SILVA, 2007). Apesar disso, a compreensão acerca da origem do conceito de empoderamento ainda é inconclusiva. Os movimentos feministas disputam a origem do conceito, bem como o movimento American Blacks, que, nos anos 1960, movimentou o cenário político norte-americano na luta contra o racismo nos EUA. (Lorio, 2002)

De acordo com Kleba e Wendausen (2009), o conceito de empoderamento está enraizado na luta por direitos civis, especialmente no movimento feminista e está relacionado ao aumento da percepção das potencialidades, promovendo maior participação democrática. A construção do conceito teve início nos anos 1970 e tem como base movimentos de autoajuda. Posteriormente, sofre influência da psicologia comunitária e de movimentos que lutam por direitos em diversos segmentos sociais. No Brasil, o termo se constituiu como uma categoria analítica e empírica em diversas disciplinas e tornou-se uma importante ferramenta para governos, organizações da sociedade civil e agências de desenvolvimento na busca pela melhoria das condições de vida de pessoas e comunidades (AZEVEDO, 2012).

Quanto ao seu escopo, o conceito de empoderamento se desenvolve tanto em nível teórico quanto pragmático, ou seja, como instrumento de intervenção na realidade, em interseção com o conceito de gênero. Na busca pela ruptura da lógica que condicionava a mulher à não participação política e à negação da sua cidadania, feministas e grupos de mulheres em todo mundo desenvolveram, nos anos 1970 e 1980, um processo de conceitualização e de implementação de estratégias de empoderamento (LORIO, 2002).

Nos anos 1970, surgem, dentro do campo do desenvolvimento, conceitualizações iniciais acerca do poder e do empoderamento, especialmente dentro do movimento feminista vinculado ao grupo conhecido como WID – Women In Development (Mulheres no Desenvolvimento). Nas ciências sociais, mais especificamente na ciência política, o conceito de empoderamento surge como uma noção de “poder sobre”. Essa perspectiva compreende que uma pessoa ou um grupo é capaz de controlar ações de outra pessoa ou outros grupos:

“esse controle sobre pode ser ‘evidente’ através de, por exemplo, o uso da força física, mas também pode ser “oculto”, quando internalizado através de processos psicológicos. Ele pode ser muito sutil, levando a situações de “opressão internalizada” onde o uso de poder “evidente” não é mais necessário.” (Lorio, 2002; p.22).

Nesse sentido, o movimento feminista compreendia que o “poder sobre” é transferível, o que significa que pode ser “tomado” e que, para romper com a situação de dominação, as mulheres deveriam ocupar os espaços e posições de poder. Por essa razão, defendiam a ideia de que as mulheres deveriam empoderar-se para conquistar espaço nas estruturas sociais e políticas da sociedade. Apesar disso, a concepção de “poder sobre” não questiona a forma como o poder é distribuído na sociedade, não transforma as relações sociais de poder e nem proporciona mudanças estruturais na sociedade, uma vez que, da mesma maneira que ele pode ser delegado, ele pode também ser retirado. (Lorio, 2002).

Segundo Kleba e Wendausen (2009), no Brasil o termo empoderamento é empregado em dois sentidos. O primeiro está relacionado a processos que impulsionam a busca pela autonomia de grupos ou comunidades para empoderar a si mesmos, e o segundo está ligado à busca da inclusão de minorias sociais por meio de ações assistencialistas. Nesse sentido, as autoras assumem um posicionamento que vai ao encontro do primeiro sentido e definem empoderamento como:

Um processo dinâmico que envolve aspectos cognitivos, afetivos e conduntuais. Significa aumento do poder, da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos á relações de opressão, discriminação e dominação social. Dá-se num contexto de mudança social e desenvolvimento político, que promove equidade e qualidade de vida através de suporte mútuo, cooperação, autogestão e participação em movimentos sociais autônomos. Envolve práticas não tradicionais de aprendizagem e ensino que desenvolvam uma consciência crítica. (KLEBA e WENDAUSEN, 2009; p. 736).

Diante disso, as autoras argumentam que o processo de empoderamento pode ser mensurado em termos de conquistas concretas como também em sentido mais subjetivo. Tal processo implica a construção de novas relações de poder, em que os sujeitos estão em situação de igualdade.

As autoras recorrem aos estudos de Michel Foucault (1994), o qual afirma que o poder é um aspecto central para a compreensão do processo de empoderamento, uma vez que, ele “funciona em rede de modo que seu exercício mais ínfimo encontra apoio em outros pontos da rede, podendo se potencializar e potencializar outros poderes.” (p. 736). Kleba e Wendausen (2009) também discorrem que as escolhas individuais estão relacionadas à capacidade de participação social nos espaços organizacionais e institucionais, bem como à distribuição do poder em tais espaços. Nesse sentido, faz-se necessário transformar as relações de poder em relações horizontais, promovendo o empoderamento dos sujeitos e/ou grupos.

De acordo com Kleba e Wendausen (2009), Foucault (1994) admite essa possibilidade quando compreende que:

uma relação de poder [...] só existe na relação com o outro ou outros, deixando sempre aberto um campo de possíveis respostas. O exercício do poder é um conjunto de ações sobre ações possíveis; no limite ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são susceptíveis de agir. Dentro da perspectiva de ser uma ação sobre outras ações, o poder é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do ‘governo’, tomando como ‘governo’ o modo de dirigir a conduta dos indivíduos. ‘Governar’ é estruturar o campo de relação dos outros. (p. 737).

As referidas autoras compreendem que somente a partir do processo de empoderamento é que os indivíduos e/ou grupos poderão ter o ‘governo’ de suas vidas, no sentido colocado por Foucault (1994). Para tanto, é necessário compreender e desvendar as relações de poder e a elas resistir, desnaturalizando e questionando o que está instituído (Kleba e Wendausen, 2009).

Segundo Romano (2002), os bancos, as agências de desenvolvimento multilaterais e bilaterais, os governos e também as ONGs, vêm se apropriando do termo de maneira a legitimar suas ações ou controlar, em alguma medida, dentro dos marcos por eles estabelecidos, o potencial de transformação que o processo de empoderamento é capaz de promover. Em outras palavras, estes organismos se apropriam do termo e desvirtuam seu significado, para garantir que não haja uma ruptura das suas práticas dominantes. Com a generalização do termo, a principal

questão da noção de empoderamento tem sido deixada de lado: o poder ou “mais precisamente, a mudança nas relações de poder existentes tem sido deslocada de seu papel central, virando uma questão implícita ou diluída entre os elementos que comporiam o empoderamento.” (ROMANO, 2002; p. 11).

Sendo assim, esta generalização de abordagem tende a despolitizar o processo de transformação estimulado por meio do processo de empoderamento, portanto, há um aspecto de neutralidade que, na prática, limita este processo, conseqüentemente isso promove a manutenção e o controle do processo de mudança pelo status quo. Essa neutralidade retira a dimensão política e ideológica dos conflitos para que seja possível domesticá-los. É fato que o processo de empoderamento é capaz de promover um progresso das relações sociais e, por essa razão, busca-se reduzir os impactos deste processo para não potencializar suas possibilidades como um ponto de partida para transformações sociais. (ROMANO, 2002).

Com essa pasteurização do empoderamento, tem-se procurado eliminar seu caráter de fermento social. Não é de qualquer poder que estamos falando quando enfrentamos a pobreza. Estamos falando de situações caracterizadas por relações de dominação; situações onde existem – ainda que por vezes seja difícil delimitar claramente – atores que têm algum tipo de benefício por ocupar posições dominantes. Estamos falando de relações de dominação que envolvem – voluntária ou involuntariamente – opressores e oprimidos. (p.11).

O autor argumenta que o processo de empoderamento não pode ser neutro nem evitar os conflitos e as suas conseqüências, as quais propiciam processos de mudança em várias dimensões da vida de pessoas de grupos sociais. A noção de empoderamento está comprometida com processos de transformação, com a ruptura dos sistemas de dominação (econômica, política, social, cultural), com os oprimidos e com a construção de relações mais justas e equitativas, e, para tanto, faz-se necessário lidar com os conflitos. (ROMANO, 2002).

De acordo com o autor, os agentes externos de mudança podem e devem propiciar as condições favoráveis ou não ao processo de empoderamento, mas este não

pode ser realizado por e para alguém, já que as pessoas e/ou os grupos empoderam-se a si mesmos, devendo ser protagonistas deste processo.

Ainda sobre a generalização do conceito por Romano (2002), o fato de os aspectos sociais e políticos do empoderamento terem sido reduzidos a questões técnicas por parte de instituições, seus projetos e programas passaram a oferecer capacitações com “metodologia de empoderamento”. Essa tecnização fez com que o empoderamento passasse a ser ensinado em salas de aula “em detrimento da troca de experiências e da construção de respostas conjuntas em face de situações de dominação específicas. Isto é, super valorizam os efeitos políticos da ação pedagógica em detrimento dos efeitos pedagógicos da ação política.” (p.12).

O avanço do neoliberalismo contribui com a tentativa de despolitização das propostas de empoderamento, com o objetivo de evitar a ruptura de situações de dominação, uma vez que os processos grupais de empoderamento podem proporcionar mudanças concretas na sociedade, rompendo com as estruturas que perpetuam sistemas de dominação, assim como os processos individuais de empoderamento podem proporcionar maior autonomia do sujeito para controlar recursos externos e tomar decisões. De acordo com o autor, empoderamento é: 1) uma abordagem que coloca as pessoas e o poder no centro dos processos de desenvolvimento; 2) um processo pelo qual as pessoas, as organizações e as comunidades assumem o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir (ROMANO, 2002; p.17).

Para este autor, o empoderamento está relacionado ao desenvolvimento das capacidades de pessoas e/ou grupos para transformar as relações de poder e, nesse sentido, pode ser um processo relacional ou conflituoso:

- Relacional, no sentido de que sempre envolve vínculos com outros atores. Não dá para analisar e trabalhar no processo de empoderamento em termos atomizados individuais. Sempre temos que pensar no tecido de relações de poder nas quais o indivíduo, ou melhor, a pessoa está inserida.
- Conflituoso, no sentido de que o empoderamento diz respeito a situações de dominação –explícitas ou implícitas – e à busca de mudanças nas relações de poder existentes. O empoderamento leva a mudanças tanto da posição individual como grupal nas relações de poder/ dominação. Essas mudanças não ocorrem, em geral, sem conflitos de alguma ordem. Assim, no trabalho de

empoderamento, estamos lidando com a resolução – negociada ou não – de conflitos. A participação nesse processo não pode ser neutra. Ela implica assumir uma posição de aliado dos pobres e excluídos e, como tal, fazer parte dos conflitos que levam à modificação das relações de poder que mantêm a situação de dominação existente. (ROMANO, 2002, p. 18)

Neste sentido, Romano (2002), dialoga com Villacorta e Rodriguez (2002), as quais compreendem o empoderamento como um processo que possibilita a inclusão de pessoas e/ou grupos marginalizados e excluídos dos processos prevaletentes de desenvolvimento e de distribuição do exercício do poder. Isso significa colocar as instituições econômicas e as políticas ao serviço desses grupos. De acordo com os referidos autores, o empoderamento:

- Parte do entendimento de que a situação de pobreza e dominação experimentada por milhões de pessoas, não só na América Latina, mas também no resto do mundo, é um impedimento ao desenvolvimento que tem em sua base o poder de uns poucos sobre os recursos e sobre as possibilidades de existência social de outros.
- É basicamente um processo de criar poder e ganhar poder de e para os setores pobres e excluídos. Ganhar implica diminuir o poder que têm outros, redistribuir o poder e, neste sentido, é um processo conflitivo. Criar poder é gerar capacidades inexistentes e, por isso, implica claro lucro para a sociedade.
- É o processo de obter acesso e controle sobre si mesmo e sobre os meios necessários para sua existência.
- É um processo de construção e/ou ampliação das capacidades que têm as pessoas e grupos pobres e excluídos para:
 - Assumir o controle de seus próprios assuntos;
 - Produzir, criar, gerar novas alternativas;
 - Mobilizar suas energias para o respeito a seus direitos;
 - Mudar as relações de poder;
 - Obter controle sobre os recursos (físicos, humanos e financeiros) e também sobre a ideologia (crenças, valores, atitudes);
 - Poder discernir como escolher;
 - Levar a cabo suas próprias opções.
- É um processo ao mesmo tempo interno (relacionado com auto-estima, auto percepção) e externo (que tem a ver com controle ou influência sobre o meio a sua volta).

- É pessoal e organizacional. Não pode ser feito de fora pra dentro, mas pode ser facilitado através de ações estimulantes e criando um ambiente amistoso, favorável. Implica ações simultâneas e complementares de cima para baixo e de baixo para cima.
- Não é um processo neutro, pois deve implicar necessariamente mudanças nas relações de poder a favor dos que vivem na pobreza ou são excluídos. Deve gerar processos de mudança no nível individual e coletivo, tanto em termos de controle de recursos, como em termos de uma maior autonomia e autoridade sobre as decisões que têm influência na sua própria vida.
- Também não é um processo natural. É induzido. Não nasce por geração espontânea, mas é impulsionado intencionalmente. É socialmente construído.
- É um elemento-chave para romper o ciclo da pobreza e da exclusão, já que abre possibilidades para a formulação de políticas mais adequadas de combate à pobreza, como também espaços de participação na elaboração e implementação dessas políticas que podem favorecer os grupos pobres e excluídos, convertendo-os em agentes de desenvolvimento.
- É um processo através do qual grupos que têm sido excluídos e marginalizados por causas econômicas, sociais, políticas, de gênero etc., buscam mudar essa situação e se incorporar na determinação do rumo que suas localidades, países, regiões e o mundo devem tomar. Por isso, as estratégias de empoderamento são caminhos para sociedades locais ou nacionais mais democráticas, via pela qual grupos, atores e setores mais excluídos entram nos processos onde se decide o rumo daquelas. (VILLACORTA E RODRIGUEZ,2002; p.47- 48)

Portanto, compreende-se que o processo de empoderamento está relacionado à expansão das capacidades de indivíduos ou grupos marginalizados, por meio da conquista da autonomia e do poder. É importante ressaltar que, embora ações externas possam contribuir com o empoderamento, este é um processo que deve partir de dentro para fora.

2.3.1 As dimensões do empoderamento

Uma questão importante sobre as estratégias do processo de empoderamento está relacionada às suas dimensões. Estudos apontam que as experiências de empoderamento coletivizado tem sido eficazes em muitos países no sentido de contribuir para a mudança nas relações sociais de poder em favor de grupos oprimidos. Por outro lado, análises também apontam a relevância do empoderamento individual no sentido de aumentar a autonomia das pessoas sobre suas próprias vidas. (Lorio, 2002).

Kleba e Wendausen (2009) argumentam que existem duas faces do processo de empoderamento. A primeira está relacionada à dimensão psicológica, que diz respeito ao autorreconhecimento, à autoestima e à autonomia, por meio dos quais as pessoas adquirem seu sentimento de poder. A segunda é política, que se relaciona às mudanças estruturais na sociedade, promovendo a redistribuição do poder.

2.3.2. A dimensão individual

Na dimensão individual, o empoderamento se relaciona a aspectos psicológicos. Refere-se ao autoconhecimento dos sujeitos e à consciência adquirida acerca de suas habilidades e potencialidades. Nesse processo, as pessoas reconhecem sua autonomia para agir em busca da melhoria de sua condição de vida, aumentando, desta maneira, sua capacidade de influenciar os seus processos pessoais. (BAQUERO, 2012).

O processo de empoderamento na dimensão individual, de acordo com Azevedo (2012), está associado ao espaço privado, é estabelecido nos espaços domésticos ou no âmbito da família e perpassa questões como “estado civil, níveis de escolaridade, tomada de decisões junto à família, poder de decisão na educação dos filhos, controle contraceptivo, violência doméstica, valorização da mulher pela família.” (p. 19).

Variáveis como renda, emprego, direito à propriedade e participação nas decisões são elementos que ativam a condição de agente¹⁵ das mulheres, proporcionando a elas a capacidade de contribuir com a transformação de sua própria vida. A mudança de consciência do indivíduo, por meio da percepção do seu poder, resulta em um sentimento de autoconfiança, que proporciona que o indivíduo adquira o controle de sua vida (KLEBA E WENDAUSEN, 2009):

¹⁵ A condição de agente é usada como ferramenta de enfrentamento das privações e violações de liberdades. A superação dessas privações é importante para o processo de desenvolvimento, já que a condição de agente, somada às disposições sociais, influencia a liberdade individual, eliminando as limitações de escolhas. Tal condição interage com diversas instituições da sociedade, propiciando o alargamento das liberdades substantivas, fazendo com que os indivíduos deixem de ser beneficiários passivos de programas de desenvolvimento para se tornarem agente de mudanças.

quando o empoderamento se resume a um sentimento experienciado individualmente de maior controle sobre a própria vida revela uma visão fragmentada sobre a condição humana, no momento em que desconecta, artificialmente, o comportamento dos homens de seu contexto de inserção sociopolítico. (p. 738).

A experiência do empoderamento psicológico ou individual acontece quando o indivíduo vivencia seu poder em situações de carência ou de ruptura. Por meio dessa vivência, ele reconhece sua capacidade de sair de uma posição de impotência e resignação, muitas vezes determinada previamente por um contexto social, transformando essa posição em ação, fortalecendo suas competências e desenvolvendo novas habilidades para enfrentar as adversidades do cotidiano. (KLEBA E WENDAUSEN, 2009). Entretanto, as autoras enfatizam que o empoderamento individual implica um processo de integração social, por meio do qual são estabelecidas relações de aprendizagem e reconhecimento junto ao coletivo, fortalecendo sentimentos como autorrealização e pertencimento.

2.3.3. A dimensão coletiva ou grupal/organizacional

O fortalecimento da capacidade de os setores de marginalizados participarem dos processos de tomada de decisões são construídos por meio da mobilização social e luta reivindicativa e também do estabelecimento de alianças no sentido da construção de uma correlação de forças sociais e políticas favoráveis. Nesse sentido, o relacionamento em redes propicia que setores historicamente excluídos acionem sua própria concepção e visão de mundo em acordos e processos decisórios junto aos demais setores sociais. (VILLACORTA E RODRIGUEZ, 2002).

Na dimensão grupal do processo de empoderamento, é fundamental que os grupos e organizações possuam autonomia, que sejam inclusivas e democráticas. O empoderamento é uma perspectiva que coloca as pessoas no centro do processo de desenvolvimento, quando ele acontece dentro do grupo, através de organizações ou movimentos sociais, ou seja, é importante que se estabeleça uma relação com agentes externos, como o governo, por exemplo, ainda que essa relação seja conflituosa, uma

vez que estes agentes externos são vistos como responsáveis por e capazes de alterar a situação de exclusão social ou vulnerabilidade em que vive o grupo. (LORIO, 2002)

A referida autora afirma que estes grupos ou movimentos sociais tendem a se fortalecer e expandir com a compreensão e clareza obtida sobre as questões relevantes para o grupo, mobilizando-se no sentido de transformar a realidade vivenciada. Segundo ela, os processos de participação possibilitam processos de empoderamento e contribuem para o estabelecimento de políticas e práticas de desenvolvimento, contemplando as necessidades de pessoas e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, “se as metodologias participativas não ficarem limitadas ao nível micro e forem capazes de romper o isolamento de alguns grupos sociais, poderão impulsar processos de empoderamento” (LORIO, 2002; p. 33).

Kleba e Wendausen (2009) enumeram as seguintes características deste nível de empoderamento:

- 1) apoio emocional: diminuição do sentimento de impotência, dependência e solidão;
- 2) apoio material: disponibilização de recursos materiais, técnicas de intervenção e recursos práticos para o cotidiano; mediação para o acesso a recursos que diminuam a sobrecarga gerada no enfrentamento de adversidades;
- 3) apoio cognitivo/informacional: informações e esclarecimentos sobre direitos e disponibilidade de serviços; encaminhamento a pessoas com potencial de ajuda; abertura e orientação sobre fontes de informação relevantes;
- 4) manutenção da identidade social: fortalecimento da autoestima e do sentimento de identidade;
- 5) mediação de contatos sociais: promoção do contato entre pessoas com experiências semelhantes; fortalecimento do sentimento de pertencimento social (pgs, 739-740)

De acordo com as referidas autoras, o empoderamento coletivo implica a organização de grupos ou organizações sociais com objetivos em comum, baseada em relações de apoio mútuo, reciprocidade, articulações em rede, processos de liderança compartilhada, distribuição de papéis, ação social coletiva e participação nos espaços de tomadas de decisões.

Para Silva (2007), o reconhecimento da diferença entre os gêneros requer uma transformação nas relações de poder, transformação que é possível a partir de um processo de empoderamento feminino. Dessa maneira, a organização coletiva das mulheres tem a capacidade de promover as condições necessárias para este processo. Herídia e Cintrão (2006) argumentam que o caminho para o fim das desigualdades de gênero no meio rural ainda é longo, já que as políticas ainda são insuficientes diante das demandas existentes, mas a organização e das mulheres rurais e suas reivindicações trouxeram avanços significativos no que diz respeito à melhoria das condições de vida dessas mulheres no campo.

3. “SE MOVENDO PRO MUNDO MUDAR.

Neste capítulo, procurei resgatar o histórico de luta das mulheres rurais no Brasil, bem como tecer breves considerações acerca do Norte de Minas. Por fim, lanço mão da pesquisa empírica realizada junto à ACMONM e da análise interpretativa.

3.1. Histórico de luta das trabalhadoras rurais no Brasil.

As políticas neoliberais implementadas na América Latina, a partir do final da década de 1970, promoveram uma série de medidas políticas e socioculturais, enfraquecendo o Estado e diminuindo vários direitos trabalhistas nos países que adotaram essa nova ordem econômica mundial. O fortalecimento do aparato repressivo do Estado fomenta a criminalização dos movimentos sociais com o objetivo de fragilizar a participação popular na luta por melhores condições de vida e trabalho. Além disso, a mercantilização da vida e da natureza, inerente ao modo de produção capitalista, aumentam de maneira significativa as desigualdades sociais que afetam as populações rurais, que são atingidas principalmente pelo agronegócio e pela manutenção e pelo fortalecimento do

latifúndio (JALIL E BORDALO, 2009). Esse aprofundamento das desigualdades no campo intensifica a exploração do trabalho da mulher, entendendo “que são estas as ‘responsáveis’ pelo cuidado da família, que também é a unidade produtiva. Elas também são responsáveis pela manutenção do tecido social e da propriedade em lugares que há as migrações sazonais.” (JALIL E BORDALO, 2009; p. 5).

Apesar desse cenário, no Brasil, o movimento feminista trouxe um novo olhar para situações que anteriormente não eram questionadas, por meio de uma perspectiva de gênero. Novas pautas de lutas ganham força e grupos de mulheres começam a problematizar suas condições de vida e de trabalho sob outros aspectos. Nesse sentido, a perspectiva feminista promove uma nova compreensão acerca de questões sociais que motivaram as ações das mulheres trabalhadoras rurais, possibilitando avanços no que diz respeito à valorização da autonomia da mulher rural. (VIERA ET AL, 2012).

Segundo Paulilo e Silva (2010), organizações, coletivos e movimentos sociais urbanos e rurais nascem e/ou ganham força na década de 1980, com o processo de democratização no Brasil pós-ditadura militar. As pautas de luta convergiam no desejo de um país menos desigual, e é neste contexto que novos sujeitos políticos começam a ganhar visibilidade por meio da incorporação de suas demandas. No bojo das transformações políticas deste período, movimentos autônomos de mulheres rurais ganham destaque nos processos de luta no campo, e o feminismo e a discussão sobre questões de gênero, entre outras relacionadas à realidade das mulheres, ganham reconhecimento e são acionados como argumentação teórica para a compreensão da necessidade e importância da luta das mulheres rurais e urbanas (JALIL E BORDALO, 2009).

Deere (2004) corrobora com essa visão situando o surgimento do movimento de mulheres rurais no país no contexto da consolidação do movimento feminista e da abertura democrática da década de 1980. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) já haviam iniciado um trabalho com grupos de mulheres organizadas nas áreas rurais desde a década anterior, e a experiência formativa fornecida por estas organizações foi o que contribuiu para que estas mulheres passassem a questionar a injustiça social por elas vivenciada.

No entanto, em razão da postura patriarcal, a Igreja Católica passou a ser cada vez menos uma referência para os movimentos. No entanto, no auge de sua atuação junto às

mulheres, pode-se citar o exemplo do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), que surge no início da década de 1980, no município de Chapecó, oeste de Santa Catarina, sob forte influência das Comunidades Eclesiásticas de Base. Esse movimento inicialmente teve como uma de suas principais lutas o aumento da sindicalização das mulheres rurais e, posteriormente, a busca pelo reconhecimento do trabalho da mulher no campo. Neste sentido, a organização realiza, no ano de 1991, uma campanha chamada “Declare sua profissão”, com foco no recenseamento daquele período, com o objetivo de incentivar as mulheres a se identificarem como “produtoras rurais”, e não mais como “do lar”. Dentre as diversas reivindicações do movimento ao longo dos anos 1990, emergem questões propriamente feministas e, então, as militantes começam a buscar uma maior autonomia do movimento em relação à Igreja e ao Estado. (PAULILO, 2009).

Voltando a década de 1980, é importante dizer que foram os sindicatos as principais estruturas organizacionais presentes nas áreas rurais neste período, fomentando as duas reivindicações do movimento de mulheres na época, sendo elas: a inclusão de mulheres nos sindicatos e a extensão dos benefícios de seguridade social, “essas reivindicações refletiram o crescimento da participação de mulheres rurais na força de trabalho agrícola e a discriminação que as mulheres enfrentavam, tanto como trabalhadoras assalariadas como dentro dos sindicatos rurais.” (DEERE, 2004; p. 180).

A reivindicação pela terra se fortalece neste período, as mulheres começam ganhar reconhecimento neste processo e surgem novas demandas que fomentam as problematizações acerca da divisão sexual do trabalho e da participação feminina nos espaços políticos. Isso faz com que ocorra uma mudança na práxis das lutas, promovendo uma “ressignificação das práticas de produção e reprodução social, levando a um questionamento do status quo, forçando a ampliação e redefinição dos espaços públicos” (JALIL E BORDALO, 2009; p. 3). As reivindicações emergentes por bens e direitos possibilitam o reconhecimento de diferentes sujeitos políticos, inclusive de mulheres rurais, promovendo no meio rural um processo de democratização.

O crescente aumento do movimento autônomo de mulheres, no período posterior ao governo ditatorial militar, refletiu a necessidade latente da época por ações coletivas que resgatassem a democracia participativa no país. Assim, durante toda a década de 1980, nascem diversos movimentos de mulheres rurais, entre eles estão: o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA-SP) o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP), o Movimento de

Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), a Comissão Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores de Rondônia (CEM/FETAGRO), a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe (MMTR-SE), a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT (CNMTR/CUT) e outros. (JALIL E BORDALO, 2009).

Na contramão dos movimentos de valorização do trabalho feminino no campo, os sindicatos que eram filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG) ainda estabeleciam que somente um membro de cada família poderia se filiar a estes sindicatos, assim a mulher rural era excluída destes espaços já que geralmente era o homem quem assumia este lugar. Os sindicatos eram as principais fontes de assistência no meio rural e, por essa razão, as mulheres ficaram em grande desvantagem em relação aos benefícios sindicais. A primeira reunião oficial do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) de Pernambuco impulsionou a discussão que aconteceu no Quarto Congresso da Contag, em 1985, onde essa realidade sindical começa a ganhar visibilidade. Naquela ocasião as condições em que as mulheres rurais se encontravam foram seriamente debatidas. Essa mesma preocupação também esteve presente no Sul do país, onde mulheres que já estavam organizadas em sindicatos rurais se reuniam para pensar estratégias que fossem eficazes neste sentido (DEERE, 2004).

De acordo com a referida autora, a inclusão feminina nos sindicatos tornou-se o objetivo central da CONTAG, que passa a reconhecer as questões específicas de gênero no campo. Nos municípios, os sindicatos são orientados a incentivar a participação das mulheres nos espaços e nas decisões e as encorajam a ocuparem posições de liderança. Para tanto, foi discutida a necessidade de que as trabalhadoras da agricultura familiar declarassem sua profissão de agricultora como estratégia para o acesso aos sindicatos e consequentemente aos benefícios, principalmente aqueles relacionados à previdência social. Para Deere (2004) há dois fatores que explicam a abertura da CONTAG as mulheres:

o crescimento do novo sindicalismo e a competição entre a CONTAG e a recentemente formada, e mais radical, Central Única dos Trabalhadores (CUT) por novos membros. Pela primeira vez, em muitos anos, eleições disputadas estavam acontecendo em níveis estaduais e municipais, e as mulheres estavam

sendo vistas como uma força positiva potencial para a mudança dentro da estrutura sindical tradicional. (p. 181).

Em decorrência disso, a autora afirma que houve um aumento significativo no número de mulheres membros dos sindicatos filiados à CONTAG nos anos seguintes. Diante desse cenário, a década de 1980 foi marcada pelo aumento da participação feminina no sindicalismo rural brasileiro, e em muitos estados pelo Movimento da Mulher Trabalhadora Rural (MMTR), principalmente nas regiões Sul e Nordeste do país. Sobre o Movimento Autônomo de Mulheres Trabalhadoras Rurais estaduais, a autora afirma que “eram freqüentemente formados por mulheres membros dos sindicatos filiados à CONTAG ou à CUT e que sentiram necessidade de criar seu próprio espaço para lidar com questões de gênero e com os interesses das mulheres.” (DEERE, 2004; p. 182).

Segundo Heridia e Cintrão (2006), a fundação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS) e do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), em 1989 e 1986, respectivamente, consolidam os processos regionais de luta que já vinham acontecendo no Brasil desde a década anterior. No ano de 1986, fruto do Segundo Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi organizada uma Comissão para tratar especificamente dos problemas relacionados à mulher trabalhadora rural e urbana. Mais uma vez, foi da região Nordeste que veio o incentivo para o desenvolvimento desta Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora, uma vez que a primeira Secretaria Estadual da Mulher foi criada no estado da Paraíba no ano de 1985, no Primeiro Congresso Estadual da CUT. Neste mesmo período, nasce, no Rio Grande do Sul, o coletivo de mulheres rurais conhecido como “As Margaridas”¹⁶ e as reivindicações das mulheres pelos direitos à terra ganham força na região Sul do país (DEERE, 2004).

A ascensão do movimento de mulheres rurais em todo o país e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) começa a chamar a atenção do Estado para pautas específicas das trabalhadoras rurais. Diante desse contexto, é realizado em 1986 o Primeiro Congresso Nacional de Mulheres Rurais, organizado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério da Agricultura (EMBRATER). Este

¹⁶ O nome é uma homenagem à dirigente sindical Margarida Alves (1943-1983), grande símbolo da luta das mulheres rurais, que foi brutalmente assassinada no ano de 1983, por usineiros da Paraíba.

congresso contou com a participação de agricultoras de diversas regiões do Brasil (DEERE, 2004).

De acordo com a autora, a Constituição de 1988 estabeleceu que as mulheres rurais deveriam ter os mesmos direitos - que os homens - assegurados em relação à legislação de trabalho e aos benefícios previdenciários, bem como garantida a inclusão e participação na reforma agrária. Diante disso, os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais se engajam nas mobilizações para a participação popular na Assembléia Constituinte entre o período de 1986 a 1988. Com o apoio de organizações sindicais nacionais, como a CONTAG e a CUT, esses movimentos se ampliam e ganham expressividade a âmbito nacional. A assembleia constituinte foi um marco dessa luta, uma vez que, pela primeira vez, as reivindicações das mulheres trabalhadoras rurais foram colocadas em nível nacional para negociação de políticas públicas. Em 1988, após o ímpeto dado pelas mobilizações da Constituinte, acontece o 1º Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG. Este encontro contribuiu para o aumento progressivo da participação das mulheres em sindicatos de trabalhadores rurais, o que pôde ser constatado com o crescimento da participação feminina nos congressos e com o aumento e amadurecimento das propostas referentes às questões das trabalhadoras rurais (HERIDIA E CINTRÃO, 2006).

Ao longo da década de 1990, os movimentos sociais envolvendo mulheres rurais se multiplicaram. Heridia e Cintrão (2006) apontam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como um movimento de grande expressividade nacional, que passou a dar visibilidade para as questões de gênero, o que refletiu a emergência dos movimentos de mulheres rurais no país naquele período. A invisibilidade do trabalho feminino no campo e a baixa participação das mulheres rurais nos sindicatos filiados a CUT foi o ímpeto para a organização de uma Comissão de Mulheres Rurais, no ano de 1990, ligada ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais. (DEERE, 2004).

A Comissão de Mulheres Rurais da CUT e a AIMTR-Sul (Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul) realizaram uma campanha com o objetivo de incentivar as mulheres a se declarar nos questionários do Censo como trabalhadoras rurais. O lançamento desta campanha culminou em uma caravana, com aproximadamente mil mulheres de 15 estados, organizadas para marchar para Brasília em março de 1992, em comemoração ao Dia Internacional da mulher (DEERE, 2004).

No ano de 1993, foi aprovado pela CUT um sistema de cotas, que estabelecia que 30% das lideranças a níveis regionais, estaduais e nacionais fossem mulheres. Esta foi uma estratégia adotada para fortalecer a participação das mulheres nos sindicatos rurais:

A primeira liderança sob o novo sistema de cotas foi eleita em seu Congresso de 1994, com nove mulheres eleitas entre 32 líderes nacionais. Uma decisão também foi tomada nesse congresso para fundir o Departamento Rural da CUT à CONTAG, se a CONTAG concordasse em juntar-se à CUT, uma mudança ocorrida subseqüentemente. Isso provocou a dispersão da Comissão de Mulheres Rurais da CUT em nível nacional. (DEERE, 2004; p. 189).

Segundo a autora, este fato enfraqueceu o trabalho com as mulheres rurais por um período. Dois anos depois, em 1995, aconteceu um encontro nacional na cidade de São Paulo, que contou com a participação de mulheres de 17 estados brasileiros, o que desencadeou a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR)¹⁷. A construção de estratégias e ações para assegurar os novos direitos constitucionais adquiridos em benefício das mulheres rurais estava entre os objetivos centrais deste encontro, que foi organizado por várias lideranças femininas do MST, fato que promoveu um avanço no debate das questões específicas de gênero no movimento (DEERE, 2004).

Em 1997, já havia aproximadamente três milhões de mulheres filiadas aos sindicatos. Foi então realizada pela CONTAG a primeira Plenária de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que teve como discussão central a cota para mulheres em eleições sindicais, bem como a questão da seguridade social e a reivindicação pela inclusão das mulheres no registro de terra dos assentamentos de reforma agrária. No ano seguinte, aconteceu o sétimo congresso do sindicato, que adotou, nesta ocasião, a cota para mulheres e aprovou 47 ações referentes às questões específicas das trabalhadoras rurais. Em 2000, os direitos das mulheres rurais à terra já haviam avançado consideravelmente. Neste mesmo ano, vários eventos locais lançados pela CONTAG foram realizados em todo o país, com a participação de aproximadamente 36 mil mulheres, para a comemoração ao Dia Internacional da Mulher, no 8 de março (DEERE, 2004).

¹⁷ Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) é fruto da articulação entre os movimentos autônomos de mulheres, a Comissão Pastoral da Terra, o Movimento de Trabalhadores Rurais sem Terra, a Pastoral da Juventude Rural, o Movimento dos Atingidos por Barragens e os sindicatos de trabalhadores rurais. Organizou diversas lutas e eventos, participando de conselhos e fóruns e desencadeando mais tarde, no ano de 2003, o Movimento de Mulheres Camponesas.

Aconteceu, também no ano 2000, a marcha que ficou conhecida como Marcha das Margaridas¹⁸, reunindo de 10 mil a 20 mil mulheres de todo país. Em 2003 acontece a segunda edição da marcha, que levou de 40 mil a 50 mil mulheres para a maior manifestação de mulheres a âmbito nacional. As principais reivindicações colocadas em pautas foram aquelas historicamente levantadas pelo movimento de mulheres rurais, como a questão do reconhecimento da profissão de agricultora, questões de acesso a direitos sociais e documentação básica, o combate à violência de gênero no meio rural, entre outras. Segundo estimativas da CONTAG, pelo menos um milhão de mulheres rurais estiveram envolvidas na marcha em algum momento da sua organização. Por essa razão, é possível considerar que as questões de gênero ganharam maior visibilidade e atingiram um grande número de mulheres. De acordo com as autoras, “as Marchas das Margaridas foram um marco porque permitiram colocar em negociação com o governo federal antigas e novas reivindicações dos movimentos de mulheres rurais.” (HERIDIA E CINTRÃO, 2006, p, 115).

No governo do presidente Lula, no ano de 2003, foi criada A Secretaria Especial de Políticas Públicas para as mulheres e, assim, duas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres foram realizadas, nos anos de 2004 e 2007. Os Planos Nacionais de Políticas para as mulheres foram frutos destas conferências e contou com expressiva participação de agricultoras, que reivindicavam, naquela ocasião, ações específicas visando às questões de documentação civil, acesso a terra, ao crédito, à assistência técnica e outras relacionadas à falta de infraestrutura no campo e no combate à violência contra mulher. Diversas organizações, entre elas sindicatos e movimentos sociais, levavam para os espaços públicos reivindicações de “acampadas, assentadas da reforma agrária, agricultoras familiares, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas, indígenas, ribeirinhas, quebradeiras de coco babaçu, ou simplesmente ‘mulheres do campo e da floresta’” (CINTRÃO E SILIPRANDI, 2011, p. 188).

De acordo com as referidas autoras, entre os anos de 2003 e 2009, o Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), coordenou ações do governo dando centralidade à revisão da legislação e à regulamentação dos programas que visavam atender as demandas das mulheres. Foram implementados, então, novos programas de

¹⁸ A marcha das margaridas tem projeção nacional e é uma estratégia política construída e consolidada pelas mulheres trabalhadoras rurais para combater a fome, a pobreza, a violência sexista e construir um novo Brasil com justiça, paz e igualdade de gênero. (SANTOS, 2011).

apoio às atividades produtivas das trabalhadoras rurais, os quais dialogavam com os movimentos de mulheres rurais, facilitando o acesso destas às políticas públicas.

Para além dos movimentos articulados pelos sindicatos de trabalhadores rurais, da CONTAG e da CUT, ocorreram também processos organizativos que vinham acontecendo no Brasil desde a década de 1970, por meio de organizações como as Comunidades Eclesiais de base (CEBs), que resultaram em diversos movimentos autônomos de mulheres rurais, dentre estes o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). As discussões realizadas pelas mulheres em vários estados, por meio de movimentos mistos e sindicais, foi o ímpeto para que, em setembro de 2003, acontecesse o I curso Nacional, onde 50 mulheres de 14 estados estiveram presentes representando os Movimentos Autônomos, e assim as diretrizes e os princípios políticos do MMC foram definidos neste encontro. No Brasil o MMC é o único movimento feminista que integra a Via Campesina¹⁹, está presente em quase todo o país e atua junto aos mais diversos movimentos sociais, reafirmando o modelo de agricultura camponesa na luta pela terra e pela vida, por meio da auto-organização das mulheres. (JALIL E BORDALO, 2009). Sobre o MMC:

atualmente com expressão nacional, sua principal bandeira é o “reconhecimento e a valorização das trabalhadoras rurais”, que têm muitas confluências com as questões levantadas pelo movimento sindical. O MMC também enfatiza a valorização do papel das mulheres camponesas na construção de um novo modelo de agricultura, defendendo temas como agroecologia, biodiversidade, uso de plantas medicinais, recuperação das sementes como patrimônio da humanidade, diversificação da produção e soberania alimentar. (HERIDIA E CINTRAO, 2006, p. 30).

De acordo com Paulilo (2009), o MMC aglutinou diversos movimentos autônomos de mulheres, carregando:

o otimismo da década de 1980 com relação aos movimentos sociais; a idéia de que os direitos humanos são universais e se somam em direção a um país ao mesmo tempo mais democrático e mais livre. Contradições entre liberdade e igualdade recebem pouca atenção. Pressupõe-se que o que é bom para o conjunto dos membros da família é necessariamente bom para a mulher. (p. 183).

¹⁹ Atualmente a Via Campesina reúne aproximadamente de 164 organizações locais e nacionais em 73 países da América, África, Ásia e Europa, o que representa em sua totalidade cerca de 200 milhões de pessoas envolvidas em suas causas. Esta articulação é um dos principais atores dos debates acerca da alimentação e das questões agrárias e agrícolas e possui grande reconhecimento entre os movimentos sociais locais e mundiais. Disponível em: <https://feab.wordpress.com/via-campesina>.

Segundo a autora, essa é uma visão muito harmônica da família rural, que pode mascarar conflitos entre os membros da família, o que está relacionado a uma tradição patriarcal fortemente enraizada no meio rural, principalmente no que tange a o acesso à terra.

Para Heridia e Cintrão (2006), embora exista um histórico da participação das mulheres rurais nos movimentos sociais do campo e nas lutas camponesas em geral, a organização destas mulheres em movimentos específicos de trabalhadoras rurais é relativamente recente e avançou muito nas últimas décadas. Estes movimentos, que normalmente estão associados a outros como o MST e a CONTAG, frequentemente promovem congressos, encontros e marchas com o objetivo de dar visibilidade a suas pautas reivindicatórias, como: o reconhecimento da profissão de agricultora, os direitos previdenciários, o direito à sindicalização e o acesso à terra, lutas que contribuem positivamente para a diminuição das desigualdades sociais e de gênero no campo (HERIDIA E CINTRÃO, 2006).

Reconhecendo que ainda há um longo caminho a ser trilhado, para alcançar a equidade social entre rural e urbano e entre homens e mulheres, Heridia e Cintrão (2006) acreditam que, apesar de medidas importantes terem sido tomadas em relação às políticas públicas para trabalhadoras rurais, medidas estas que são fruto das demandas e da luta dos diversos movimentos de mulheres rurais e movimentos sociais, essas conquistas ainda são insuficientes diante das desigualdades que atingem as trabalhadoras rurais.

Destas experiências deve-se ressaltar a importância do protagonismo das mulheres rurais na luta por reconhecimento e direitos sociais, uma vez que as conquistas já alcançadas só foram possíveis por meio da organização e movimentação destas trabalhadoras, entendendo que só assim será possível barrar os retrocessos característicos do atual momento político em que vive o país e avançar na luta por reconhecimento e direitos iguais.

3.2. Breve considerações sobre o Norte de Minas e as áreas de atuação da ACMONM.

Situado na Bacia do Alto Médio São Francisco, o Norte de Minas Gerais integra uma das 12 mesorregiões²⁰ do Estado de Minas Gerais, que foram delimitadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) para fins de planejamento, são elas: Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce, Zona da Mata, Campos das Vertentes, Sul/Sudoeste de Minas, Oeste de Minas, Metropolitana de Belo Horizonte, Central Mineira, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Noroeste de Minas. Sete microrregiões integram o Norte de Minas, em uma área total de 128.602 km², equivalente a 21,86% do estado, sendo elas: Montes Claros, Bocaiúva, Pirapora, Janaúba, Januária, Salinas e Grão Mogol. Na totalidade, a região é composta por 89 municípios com um total de aproximadamente 1.599.119 habitantes. O cerrado é a vegetação que predomina na região, que também é composta pela caatinga, e o clima dominante é o tropical semi-úmido, com chuvas concentradas no verão e temperaturas elevadas (GOMES, 2007).

Do ponto de vista cultural, Costa (2006) argumenta que os processos civilizatórios que se articularam historicamente no Norte de Minas propiciaram expressiva diversidade de culturas e de identidades, que permitem interpretar a região como a síntese da nacionalidade brasileira. De acordo com a autora Gomes (2007), o Norte de Minas pode ser considerada uma região de fronteira ou de transição. Isso se justifica pelo fato de estar localizada na região Sudeste e possuir características socioeconômicas e fisiográficas semelhantes à região Nordeste.

Neste sentido, Pereira (2007) argumenta que há dois discursos sobre a região do Norte de Minas. No primeiro, a região é descrita como cheia de potencialidades, e no segundo é relacionada à pobreza, à seca, ao isolamento regional e à marginalidade. A autora questiona o que há de real nestes discursos, pois, segundo ela, de fato há muitas contradições na região, marcadas pelos dualismos entre modernidade x tradicionalismo, muita pobreza x nichos de riqueza, produção x escassez. No entanto, ela ressalta que há muitos estereótipos construídos para caracterizar a região, que estão comprometidos

²⁰ “A Divisão Regional do Brasil em mesorregiões, partindo de determinações mais amplas a nível conjuntural, buscou identificar áreas individualizadas em cada uma das Unidades Federadas, tomadas como universo de análise e definiu as mesorregiões com base nas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial.” Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1

ideologicamente com interesses de uma determinada classe social, e que a lógica capitalista interfere na região de tal maneira que promove uma profunda dicotomia de espaços: por um lado muita pobreza rural e, por outro lado, modernas áreas de produção agropecuária voltadas para o mercado. Isso reflete a grande desigualdade regional característica do Norte de Minas.

Até a década de 1950, havia no Norte de Minas um ideário de “progresso” e “civilização”. A implantação da ferrovia na década de 1920, a instalação de energia elétrica e a construção de escolas e rodovias reforçavam esse ideário. Nesse contexto, as elites locais se incomodavam com o fato da cidade de Montes Claros ter se tornado um ponto de passagem para imigrantes nordestinos que seguiam para a cidade de São Paulo, uma vez que não queriam que fosse relacionada a imagem da cidade chamada de “Princesa do Norte” com a figura do retirante nordestino. Contudo, com a criação da SUDENE²¹, tornou-se muito conveniente que a imagem da região fosse associada à região Nordeste e, “a partir da década de 1960, a região Norte de Minas Gerais define-se como ‘região das secas’ e do ‘abandono’, apesar do seu ‘grande potencial inexplorado’”. (PEREIRA, 2007, p.109). A partir de 1965, a região foi inserida na área de atuação da Superintendência:

Considerada como integrante do Polígono das Secas, o norte de Minas Gerais foi alvo da ação desenvolvimentista estatal, especialmente nos anos 1970, com investimentos industriais e de modernização agropecuária. Financiamentos por meio de fundos setoriais, benefícios e isenções fiscais determinaram a tônica do crescimento econômico e modernização regional desde então. (ROMULO ET AL, 2013).

A inclusão do Norte de Minas na área de atuação da SUDENE promoveu o desenvolvimento econômico da região, como ressalta Gomes (2007, p.51) sobre o papel da instituição como um “agente transformador da estrutura socioeconômica do Norte de Minas, proporcionando uma melhoria dos indicadores socioeconômicos.” No entanto, o problema da desigualdade local não foi resolvido, uma vez que a concentração de renda na região permaneceu alta (PEREIRA, 2007), aspectos que, segundo Araújo (2016, p. 60),

²¹ “A criação da SUDENE, na década de 1950 tornou-se possível a partir de um planejamento construído pelo economista Celso Furtado (1920/2004), [...] cujo objetivo primeiro foi criar uma forma de intervenção governamental, que pudesse promover e coordenar o desenvolvimento da região Nordeste” (SANTOS E SOUTO, 2014).

“parecem agravados, também, pela ocorrência do investimento massivo em projetos excludentes de maioria dos agricultores familiares da região, como o agronegócio, a monocultura de eucalipto, a pecuária extensiva, a mineração, o setor hidroelétrico, entre outros.”. Nesse sentido, para Costa (2005, p. 23):

a região, ao ser anexada à área de atuação da SUDENE, passa por estruturação de infraestrutura de apoio ao capital, por modernização das fazendas, que se transformam em empresas, e por expansão das relações capitalistas de produção. Há um intenso êxodo rural, em decorrência das terras mercantilizáveis, e início do crescimento das cidades regionais, com migração da população rural expulsa do campo após perder, violentamente, as suas terras [...].

Diante disso, compreende-se que, se por um lado a superintendência promoveu o desenvolvimento por meio do incentivo ao crescimento econômico no Norte de Minas, por outro lado contribuiu para reforçar as desigualdades sociais na região. Como paradoxo, os grandes projetos de industrialização, agropecuária e reflorestamento criados pela entidade demandavam a utilização de grandes extensões de terra, que constituíam o território de várias populações rurais que ali viviam e se reproduziam economicamente e socialmente a partir de lógicas não capitalistas. (FONSECA, 2014).

Essas iniciativas do Estado direcionadas para a modernização nos faz refletir sobre o modelo de desenvolvimento voltado para a expansão capitalista. Celso Furtado (1981), referência clássica nos estudos sobre desenvolvimento, argumenta que o modo de produção capitalista tem como estratégia a ampliação da acumulação do capital, por meio da homogeneização dos padrões de consumo nas economias periféricas. De acordo com o autor, este processo promove o aumento do nível de consumo das populações que estão inseridas em outra lógica e fazem com que estas sacrifiquem seus modos de vida em nome do que ele denomina de “mito do desenvolvimento econômico”.

Esse mito afetou a região Norte de Minas, já que seu processo histórico de desenvolvimento desconsiderou a diversidade de populações rurais, que já desenvolviam suas próprias estratégias de reprodução social com base no aproveitamento da biodiversidade da região, o que provocou maior fragilidade destes grupos a adversidades climáticas locais (CAA/NM, 2005). Neste sentido, D’Angelis Filho (2005) argumenta que o desenvolvimento das sociedades modernas, pautado pelo crescimento econômico como

garantia de bem estar social, tratam a produção e o consumo de maneira isolada do contexto socioambiental, sem provocar mudanças concretas na qualidade de vida e nas relações sociais da população. Portanto, o “desenvolvimento pautado somente no crescimento econômico, como no caso da América Latina, resulta apenas em uma maior circulação de capital e uma maior produção de mercadorias” (p. 25).

O discurso de desenvolvimento econômico regional é reproduzido pelo Estado e pelas classes dominantes como uma estratégia para superação da pobreza e da miséria atribuída a região norte-mineira com o objetivo de legitimar as ações comprometidas com a acumulação de capital inerente ao modelo econômico vigente.

Antes de apresentar as análises interpretativas das narrativas de mulheres que integram a Associação do Coletivo de Mulheres Organizadas do Norte de Minas, faz-se necessário explicitar quais são as áreas de atuação do grupo. A ACMONM organiza mulheres rurais em três territórios do Norte de Minas, a saber: Alto Rio Pardo, Serra Geral²² e microrregião de Montes Claros²³. Segue abaixo tabela das cidades que correspondem aos três territórios, respectivamente.

Territórios	Municípios
Microrregião de Montes Claros	Brasília de Minas, Campo Azul, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Francisco Sá, Glaucilândia, Ibiracatu, Japonvar, Juramento, Lontra, Luislândia, Mirabela, Montes Claros, Patis, Ponto Chique, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João do Pacuí, Ubai, Varzelândia e Verdelândia.
Alto Rio Pardo	Curral de Dentro, Fruta de Leite, Indaiabira, Rio Pardo de Minas, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, Berizal, Montezuma, Ninheira, Novorizonte, Rubelita, Salinas, São João do Paraíso, Taiobeiras e Vargem Grande do Rio Pardo.
Serra Geral	Catuti, Espinosa, Gameleiras, Jaíba, Janaúba, Mamonas, Manga, Matias Cardoso, Mato Verde, Monte Azul, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas e Verdelândia. ²⁴

²² Territórios da Cidadania. Disponível em <http://sit.mda.gov.br/mapa.php>.

²³ IBGE, Censo demográfico 2010.

²⁴ Importante salientar que o município de Verdelândia integra tanto o núcleo territorial da Serra Geral quanto a microrregião de Montes Claros.

As regiões Serra Geral e Alto Rio Pardo integram o Programa Territórios da Cidadania, lançado em 2008 pelo governo federal em parceria com os governos estaduais, municipais e sociedade civil. Este programa visa impulsionar ações de desenvolvimento regional e sustentável e garantir os direitos sociais universalizando os programas de cidadania nas regiões do país que mais necessitam de tais políticas. Para isso, em cada território é executado um plano de desenvolvimento e uma agenda de ações organizadas pelos Conselhos territoriais (MDA, 2008).

O critério adotado na elaboração do conjunto de municípios que integram cada território foi a semelhança de características socioeconômicas e ambientais entre eles, bem como a coesão sociocultural e geográfica, entendendo que, desta maneira, é possível identificar de modo mais nítido a realidade dos grupos de cada localidade, facilitando as estratégias de ação para o desenvolvimento das regiões e tornando a ação do poder público nos territórios mais eficazes (MDA, 2008).

No ano de 2010, a população do Território da Serra Geral, totalizava 285.625 de habitantes, sendo 37% deste total representado pela população rural da região. Em números absolutos, o território possui a 19.357 agricultores familiares. Os municípios do território que estão localizados na encosta ou sopé da Serra Geral possuem vegetação típica de caatinga e as menores taxas pluviométricas da mesorregião norte de Minas. (BARBOSA ET AL, 2013). No núcleo territorial do Alto Rio Pardo, a população total é de 192.118 habitantes, e 44,87% deste total vivem no meio rural, e o bioma predominante é o cerrado com áreas de transição para a Caatinga. (CAA/NM, 2005).

Na Microrregião de Montes Claros, a população total era de 601.867 habitantes, sendo 123.487 os que viviam no meio rural (IBGE, 2010). Segundo Soares e Magalhães (2014), os municípios que integram a microrregião apresentam características físicas semelhantes, como irregularidade pluviométrica e transição cerrado/caatinga, contudo, diferenciam-se em relação aos aspectos socioeconômicos e ao número de habitantes. O município de Montes Claros se destaca tanto em extensão territorial como em número de habitantes, sempre com acréscimo, enquanto nos demais municípios estes números oscilam.

3.4. Análises das entrevistas.

A luta das mulheres rurais no Brasil avançou significativamente na década de 1980, sob forte influência de organizações da Igreja Católica, como a CEBs e a CPT. Naquele período, houve um aumento progressivo da organização de trabalhadoras rurais em sindicatos, associações, movimentos sociais do campo e outras entidades, culminando em diversas organizações autônomas de mulheres, como já mencionado anteriormente em uma seção deste trabalho. A inserção das mulheres rurais nestes espaços políticos possibilitou um aprendizado coletivo, que lhes permitiu repensar seu cotidiano. (SANTOS, 2011).

A trajetória da Associação do Coletivo de Mulheres Organizadas do Norte de Minas (ACMONM) não se difere muito da trajetória das diversas organizações de mulheres rurais no Brasil. A Associação se organiza por meio de uma coordenação composta por: presidente, vice-presidente, tesoureira efetiva e suplente, secretária efetiva e suplente e um conselho fiscal composto por três mulheres. As reuniões são itinerantes, acontecendo de dois em dois meses, aproximadamente, nos territórios de atuação do coletivo, ou antes de alguma atividade realizada pelo grupo.

Como relata Dona Lourdes²⁵, 53 anos, agricultora familiar na comunidade rural Mocambo da Onça, no município de Porteirinha, no território da Serra Geral, em entrevista concedida a autora:

O coletivo começou meio como um desafio das mulheres ocupar os espaços de direito e trazer visibilidade. Começou em 2007 pra 2008, com um grupo de mulheres técnicas e agricultoras do CAA. A gente começou a ver que não tava certo a quantidade de mulheres que entravam nos projetos para cumprir as cotas, então foi uma certa rebelião das mulheres. Então a gente resolveu se unir, para mudar essa história e tirar as mulheres da invisibilidade. Levamos a proposta para assembleia seguinte, conseguimos dobrar a quantidade de mulheres na diretoria, né?! Nós dobramos a quantidade de mulheres! Aí esse coletivo começou a se chamar coletivo CAA mulher. Começamos a discussão em 2007 e em 2008 foi criado esse coletivo CAA mulher. [Dona Lourdes]

²⁵ Exposição mediante autorização.

O CAA/NM contribuiu, portanto, com o processo inicial de organização das mulheres rurais como um grupo. Neste sentido, compreende-se que os agentes externos são capazes de catalizar ações ou auxiliar na criação de espaços que favoreçam e sustentem processos de empoderamento, contudo este processo não pode ser transferido para pessoas ou grupos, estes devem empoderar a si mesmos (ROMANO, 2002), (KLEBA E WENDAUSEN, 2009).

O relato de Dona Lourdes evidencia a consciência das mulheres, adquirida por meio da atuação na entidade, em relação à necessidade de realizar um enfrentamento contra invisibilidade e em busca da ocupação dos espaços. Com o passar do tempo, a demanda pela inserção no grupo aumentou e surge, então, a necessidade do coletivo ganhar maior autonomia frente à entidade:

Nessa organização das mulheres, a gente fazia muitos debates, e outros grupos de mulheres em outros municípios, outras regiões na base de ação do CAA começaram a questionar que não era justo a gente se organizar e não abrir espaço para que elas se organizassem também nesse coletivo. E aí nós falamos: 'Se é uma demanda do território do CAA, vamos fazer esse debate para ver o que acontece.' Então começamos a fazer reuniões em vários municípios, nas comunidades, com as mulheres quilombolas, nos xacriabás, com as mulheres indígenas que participaram. Fizemos em Alto Rio Pardo, em Riacho dos Machados, Taiobeiras, em vários municípios! As mulheres iam nas reuniões e a demanda só foi aumentando, aí pensamos: 'agora não dá pra ser mais coletivo CAA mulher.' Passou a ser o Coletivo de Mulheres do Norte de Minas. [Dona Lourdes]

Compreende-se que a interação do coletivo CAA mulher com outros grupos, por meio dos debates realizados nos municípios, despertou o interesse organizativo em outras mulheres. Isso se justifica pelo fato destas mulheres compartilharem os mesmos problemas e dificuldades, visto que estão inseridas em um mesmo contexto de desigualdade de gênero no meio rural. Houve, então, uma identificação com as questões levantadas pelo grupo. Para Lisboa (2003), o pertencimento a uma mesma comunidade de interesses e a discussão de problemas em comum propicia a necessidade pela busca de soluções coletivas.

Embora o CAA/NM seja parceiro do coletivo de mulheres, houve um momento de ruptura relatado pela entrevistada, que pode ser considerado positivo, visto que o processo de empoderamento coletivo implica o protagonismo das pessoas que estão inseridas em um

mesmo contexto de desigualdade, sem que haja uma dependência em relação aos agentes externos para a defesa de seus direitos, entendendo que o papel dos técnicos ou mediadores deve ser o de contribuir com o fortalecimento do grupo (KLEBA E WENDAUSEN, 2009). Este fortalecimento pode e deve acontecer das seguintes maneiras: facilitando o acesso dos grupos a instituições e a níveis de deliberações políticas que geralmente são inacessíveis a eles, apoiando suas intervenções e ações, compartilhando informações qualificadas, construindo alianças e redes de apoio e colaborando na construção de identidade e representação política destes grupos. (LORIO, 2002).

A partir do momento em que o coletivo CAA mulher passa a ser o Coletivo de Mulheres Organizadas do Norte de Minas, amplia-se a participação das mulheres rurais de maneira significativa, e surge então uma nova demanda:

Nós continuamos fazendo o debate, e em 2010 realizamos a primeira marcha, que foi em Montes Claros. A gente se preparou para fazer uma passeata com 300 mulheres, e conseguimos colocar 400 mulheres! 95% agricultoras. E aí começam as mulheres falar que precisávamos criar uma organização própria, uma associação, porque enquanto tinham os parceiros dentro das outras organizações, estava tudo bem, mas e se essa diretoria mudasse? O que ia acontecer com as mulheres que estavam organizadas no CAA, né? Aí falamos: 'vamos criar nossa associação'. Então fomos fazer o debate, ver se era isso mesmo, amadurecemos a ideia e todas afirmaram que era necessário criar a associação. Então criamos em 2010 a ACMONM – Associação do Coletivo de Mulheres Organizadas do Norte de Minas. [Dona Lourdes].

Percebe-se a autonomia adquirida pelo coletivo, conquistada por meio das marchas e do relacionamento com outras organizações, propiciando que o grupo acionasse sua própria concepção em relação às suas necessidades. De acordo, com Villacorta e Rodriguez (2002), o processo de empoderamento não se desenvolve apenas pela criação de organizações, é necessário que estas organizações sejam autônomas, inclusivas e influentes. Para tanto, o relacionamento em redes é necessário, visto que contribui com o desenvolvimento da autonomia de setores historicamente excluídos. Dentre as organizações parceiras do coletivo, estão os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) de Porteirinha, Riacho dos Machados, Taiobeiras, Indaiabira, Rio Pardo, Vazerlândia, Janaúba, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG, a Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE, o CAA/NM e a Cooperativa Grande Sertão, a

Marcha Mundial de Mulheres, a Associação de Mulheres do Assentamento Tapera, a Sempre Viva Organização Feminista – SOF e outras.

Segundo os autores acima citados, a mobilização social e a luta reivindicativa também cumprem um importante papel no processo de empoderamento de grupos e organizações. Neste sentido, é importante enfatizar a relevância das marchas, formações e outras ações realizadas anualmente pelo coletivo, com o propósito de dar visibilidade às trabalhadoras rurais e as suas pautas:

Em 2011 realizamos a segunda marcha, que foi na Serra Geral. Marcha com 1000 mulheres! Nova Porteirinha e Janaúba. Quando conseguimos colocar 1000 mulheres nessas duas cidades, fechamos a ponte de uma cidade na outra. Aí os policiais se assustaram quando viram tantas mulheres no mesmo espaço, eles não estavam preparados pra aquilo! Foi a segunda marcha de sucesso nosso. Aí continuamos fazendo as organizações, cada marcha a gente leva um tema diferente vinculado a realidade local, sobre o que está acontecendo na região, mas sempre também no estado e no Brasil, né? A gente não faz nada sozinhas, só por fazer... Então as cidades escolhidas para a representação da marcha a gente sempre olha o que está acontecendo, o que está mais pegando no momento, e escolhemos a cidade que se propõe a receber a marcha [...] Nas nossas marchas geralmente conseguimos articular entre 31 a 33 municípios. Em 2012 a gente fez a terceira marcha em Taiobeiras, com 2 mil mulheres e em 2013 em Porteirinha com 3 mil mulheres! Esta marcha que foi realizada em Porteirinha, a quarta marcha, foi diferente! Porque precisamos mostrar ao mundo que não estamos na rua só marchando! As mulheres que marcham também produzem, também precisam de acesso ao comércio, então fizemos uma marcha diferente, com oficinas de formações e uma feira regional só com produtos das mulheres, foi muito bacana! Porque a gente pôde comprovar a diversidade da produção das mulheres e a qualidade dos produtos, foi muito interessante! [...] Em 2014 não conseguimos realizar a marcha porque a estrutura de 3 mil mulheres foi muito pesada! Mas sempre nos articulamos na questão das formações, e nos comprometendo a fazer atos em cada cidade que tivesse mulheres de coletivo. Em 2014, conseguimos acompanhar alguns municípios, realizando atividades, sempre abordando a questão da violência, participação da mulher na política, a questão ambiental... Sempre o que tava acontecendo no momento mais forte em cada município, o que tava mais forte era o tema em que se trabalhava a formação, e também realizamos duas pequenas marchas em 2014, em Indaiabira e uma em Paracatu. Em 2015 realizamos em Varzelândia, calculada 3 mil mulheres, junto com ação internacional da Marcha Mundial das Mulheres. A movimentação das marchas é crescente, a velocidade que o coletivo cresce a gente fica sofrendo, porque tem que se segurar, porque a gente não dá conta de acompanhar o ritmo que é! Cada mulher que vai numa marcha na outra ela não quer ficar de fora, ela briga pra não ficar de fora, é um espaço de debate, de formação das mulheres, de preparar as mulheres pra luta! [Dona Lourdes].

Dona Ivanete²⁶, 64 anos, agricultora familiar na comunidade rural Lagoa da Pedra, no município de Indaiabira, no território de Alto Rio Pardo, também fala com orgulho sobre as marchas, em conversa com a autora:

Realizamos a cada ano uma marcha em uma cidade. A gente fez a primeira em montes claros com 400 mulheres... Depois realizamos em Janaúba, Nova Porteirinha, com um numero de mil pessoas, depois fizemos uma aqui em Taiobeiras que foram com 2 mil pessoas, realizamos uma outra em Porteirinha com 3 mil pessoas, outra em Vazerlândia com uma média de 3 mil pessoas e participamos da marcha das margaridas, e também em parceria com a marcha mundial de mulheres., E a gente vai levando [...] porque se nós mulheres não nos disponibilizarmos e irmos a luta, levantar a bandeira em prol da mulher, como será o amanhã? [Dona Ivanete]

Importante ressaltar que as pautas de reivindicações de todas as ações realizadas pelo coletivo estão sempre relacionadas às históricas desigualdades de gênero no meio rural:

Das pautas das mulheres, têm algumas que são permanentes. Combate à violência é um tema que não deu pra sair da linha de frente ainda... a questão ambiental, a questão da invisibilidade, a participação das mulheres na politica é outra pauta que gente luta muito por ela, a produção de produtos alternativos, trabalhar a questão das sementes crioulas, por exemplo, segurança alimentar, a história da mineração no norte de minas é agora uma pauta que tá pegando muito! [Dona Lourdes]

Eliane²⁷, 37 anos, agricultora familiar da comunidade de São Bento, no município de Mirabela, na microrregião de Montes Claros, também fala sobre as pautas de reivindicações do coletivo:

As principais reivindicações do coletivo de mulheres é a questão da igualdade entre mulheres e homens, da luta contra a violência contra a mulher... é um tema que sempre tá nas marchas do coletivo. O coletivo já realizou umas seis marchas. Todo ano esse tema, a gente trabalha a questão da violência, a gente vê que a violência contra a mulher parece que a cada dia vai aumentando mais ainda, a questão ambiental também que é forte aqui na região, né? Pelas grandes mineradoras, pela monocultura do eucalipto, a destruição ambiental...

²⁶ Exposição mediante autorização.

²⁷ Exposição mediante autorização.

Então a gente sempre trabalha essa questão ambiental, a questão dos benefícios sociais para as mulheres, né?! Tanto previdenciários, quanto de acesso a crédito, para as trabalhadoras rurais. A maioria das mulheres do coletivo são mulheres trabalhadoras rurais, ligadas a sindicatos de trabalhadores rurais, tem algumas que não tá ligada ao sindicato, mas que é do campo, e algumas mulheres da cidade, mais na região da Serra Geral. E a gente sempre, nas nossas pauta de reivindicação, tanto em marcha quanto em outros espaço de debate, assembleia legislativa, quando a gente participa sempre é mais por questão de acesso a crédito, de igualdade, contra a violência, dos programas de desenvolvimento rural sustentável, né?! E produtivos... e de vários outros programas que a gente trabalha e reivindica para melhorar a vida das mulheres. [Eliane]

Diante dos relatos acima, é possível identificar alguns aspectos do processo de empoderamento apontados por Gohn (2004), Carvalho (2004), Kleba e Wendausen (2009) e Baquero (2001, 2012). Em sua fala, Dona Lourdes ressalta que as mulheres marcham e também produzem uma diversidade de produtos de qualidade. Esta afirmação demonstra autoestima e autovalorização, aspectos centrais no processo de empoderamento individual, bem como a percepção adquirida pelo sujeito de sua própria força, percepção que fica evidente na fala da Dona Ivanete ao dizer que as mulheres têm de ir a luta para que o amanhã seja diferente.

A fala de Dona Lourdes sobre a crescente adesão das mulheres ao coletivo: “cada mulher que vai numa marcha na outra ela não quer ficar de fora, ela briga pra não ficar de fora, é um espaço de debate, de formação das mulheres, de preparar as mulheres pra luta!”, é outro aspecto presente nesta dimensão do processo de empoderamento: a capacidade do sujeito de sair de uma posição de impotência e resignação e transformá-la em ação social.

Os relatos de Eliane e de Dona Lourdes sobre as pautas reivindicatórias do coletivo e sobre os socioconflitos ambientais no Norte de Minas evidenciam a compreensão da dimensão histórica de suas condições de vida e de trabalho enquanto mulheres rurais e a compreensão dos problemas que estão à sua volta. Estes aspectos estão relacionados ao nível individual de empoderamento e também ao nível coletivo. Segundo Brito (2013), os conflitos socioambientais têm como objeto elementos da natureza e se expressam por meio das relações de disputa entre interesses coletivos em usufruir dos espaços públicos contrapondo-se aos interesses privados em se apropriar destes espaços. No Brasil e no Norte de Minas, há um histórico de apropriação desigual dos territórios, bem como de

formas desiguais de acesso e controle dos recursos naturais. As populações rurais e comunidades tradicionais no Norte de Minas são fortemente impactadas por projetos desenvolvimentistas que não consideram os modos de vida estabelecidos na região. Como mencionado anteriormente, o estigma de “região atrasada” fortalece os discursos desenvolvimentistas, e a perspectiva de desenvolvimento e crescimento econômico desconsideram “as formas das pessoas do local cultivarem a terra, as suas relações comunitárias e com o ambiente.” (BRITO, 2013; p. 35). Portanto, a dimensão coletiva do empoderamento opera como uma maneira de acionar a identidade social das mulheres rurais enquanto produtoras agrícolas que buscam o reconhecimento de suas atividades ancestralmente exercidas em seus territórios por meio do sentimento de pertencimento social, aspecto inerente a esse nível de empoderamento de acordo com Kleba e Wendausen (2009). Para tanto, o enfrentamento da ACMONM e em relação aos conflitos socioambientais na região faz-se necessário para o reconhecimento desta identidade reivindicada pelas mulheres dessa organização. Importante salientar que, quando falamos de identidade, estamos adotando a perspectiva de Castells (2000), que compreende identidade como um processo de construção de significado com base em um ou mais atributos culturais inter-relacionados. O autor apresenta três formas de construção de identidade, a saber:

Identidade Legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais, tem este que está no cerne da teoria de autoridade e dominação de Sennet, e se aplica a diversas teorias do nacionalismo.

Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições devalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade.

Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda estrutura social. (Castells, 2000, Pg. 24).

Identificamos, portanto, a construção da identidade de resistência das mulheres rurais, compreendendo que elas resistem à lógica da dominação imposta pelos projetos de desenvolvimento da região, que ameaça seus modos de vida e de trabalho, bem como pelas desigualdades de gênero presentes no meio rural. Ao reivindicarem o reconhecimento do seu trabalho na unidade familiar agrícola, as mulheres acionam um aspecto cultural de suas vidas que promove a construção de uma nova identidade agricultora; portanto, há também a construção de uma identidade de projeto, como apresentada pelo referido autor.

A pesquisa realizada por Woortmann (2016) sobre a condição feminina em comunidades pesqueiras localizadas no litoral do Rio Grande do Norte é interessante para compreendermos como o ambiente natural, que é também culturalmente construído, é central para a identidade de todo um grupo. Em seu estudo, a autora apresenta de que maneira a transição de uma agricultura de subsistência para outra direcionada ao mercado alterou as relações das mulheres com ambiente de tal maneira que elas tiveram de deixar o trabalho na lavoura e na pesca, atividades definidoras de sua identidade, para exercer o trabalho assalariado por tarefa.

Ainda em relação à dimensão individual do empoderamento, a disposição para assumir o enfrentamento de desafios e problemas visando alcançar um objetivo também está presente na fala das trabalhadoras rurais em relação às suas pautas de luta. A reivindicação pelo acesso aos benefícios sociais para mulheres é um exemplo de enfrentamento que visa a objetivos concretos. Neste sentido, é possível compreender que o processo de empoderamento individual propicia a convicção no sujeito acerca de sua capacidade de ação, a compreensão acerca do contexto no qual está inserido, bem como dos conflitos ali presentes, e o desejo de influenciar sua realidade por meio do aumento de sua autonomia individual.

É possível identificar, nos relatos apresentados, aspectos que Villacorta e Rodriguez (2002) apresentam como necessários para o fortalecimento das capacidades internas de grupos no processo de empoderamento coletivo, a saber: o fortalecimento de suas organizações, que acontece com a crescente participação das mulheres no coletivo, a criação de novos conhecimentos e habilidades, adquiridos por meio das feiras e das formações, e a construção de vínculos e alianças com outros setores, garantidos pelas parcerias estabelecidas. Outro elemento constitutivo das estratégias de empoderamento, segundo os referidos autores, é a participação de grupos excluídos nos espaços de tomada

de decisão, seja em nível local, regional ou nacional. Podemos identificar esse elemento na fala de Eliane:

e a gente sempre, nas nossas pauta de reivindicação, tanto em marcha quanto em outros espaço de debate, assembleia legislativa... quando a gente participa sempre é mais por questão de acesso a crédito, de igualdade, contra a violência, dos programas de desenvolvimento rural sustentável, né?! E produtivos... E de vários outros programas que a gente trabalha e reivindica para melhorar a vida das mulheres.[Eliane]

Segundo Kleba e Wendausen (2009), o empoderamento coletivo possibilita também o desenvolvimento de habilidades e de pensamento reflexivo que qualifica a ação política. A fala de Dona Ivanete sobre o que mudou na vida das mulheres após a organização do coletivo vai ao encontro desse aspecto da dimensão coletiva do empoderamento.

A vida das mulheres ficou melhor depois do coletivo, bem melhor! A gente sabe como tá manipulando, saber como cuidar do seu quintal, ter uma alimentação digna, saudável. Eu tive um grande conhecimento, conhecimento assim... pessoal. Isso pra mim é uma riqueza muito grande![...]Mudou muito, assim... no entendimento. É uma bagagem a mais, é responsabilidade? É! Mas nós precisamos dessa responsabilidade, e pra mim, assim... eu acredito que o que eu sou hoje, eu agradeço e muito ao STR e ao coletivo de mulheres da associação, que através dela que eu viajo pra participar de outras reuniões, e a cada reunião que a gente vai é um aprendizado a mais que nós trazemos, não só pra nós mesmas, mas pro município, regional, né? E tudo que a gente traz quando chega na região, a gente vai multiplicar, isso é muito importante![Dona Ivanete]

Este relato apresenta, também, outros elementos da dimensão coletiva de empoderamento apontados pelos autores, são eles: diminuição do sentimento de impotência, apoio informacional, melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento da consciência crítica.

Outro aspecto importante deste nível de empoderamento está relacionado ao apoio mútuo/emocional, que pode ser verificado na seguinte fala:

É de uma grande valia... É muito valioso as mulheres estarem se unificando, porque uma está ajudando a outra, porque ninguém consegue fazer nada sozinho. Então essa unificação, ela é muito valiosa porque eu te ajudo e você me

ajuda pra gente poder estar conseguindo sobreviver e entender e agir. Nós precisamos agir, né?! Não podemos só ver, nós temos que ver e agir! [Dona Ivanete]

Dessa maneira, podemos refletir sobre a consciência crítica acerca do poder da ação, na perspectiva de Paulo Freire (1986), que é propiciada por meio de uma dimensão coletiva, de diálogo e interação entre os sujeitos, o que promove a capacidade destes atuarem criticamente para transformar a realidade. Segundo Freire, o empoderamento individual não é capaz de promover uma transformação social: “o empoderamento é muito mais do que um invento individual ou psicológico. Indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação.” (p.72).

Na compreensão freiriana, o processo de empoderamento está relacionado a classes sociais. Dessa maneira, é possível estabelecer um diálogo com a teoria sobre o patriarcado, apresentado pela Saffioti (2015). A autora compreende as mulheres enquanto categoria/classe dominada. Essa dominação é inerente ao patriarcado e possui uma base material e econômica: “a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e políticos-delibetarivos, mas também no controle se sua sexualidade.” (p.113)

Portanto, a escolha pela perspectiva do patriarcado para analisar o processo de empoderamento das mulheres rurais justifica-se pela compreensão de que a invisibilidade do trabalho destas mulheres, um dos principais fatores que reforçam as desigualdades por elas vivenciadas, possui uma base material que se expressa na dicotomia de espaços, nas duplas e triplas jornadas de trabalho, decorrentes da divisão sexual do trabalho e da valorização do trabalho masculino em detrimento do feminino, e na dificuldade de acesso à renda Estes aspectos são identificados nos seguintes relatos:

A gente vê muito a invisibilidade porque nós temos uma jornada de trabalho tripla, bem maior que a jornada de trabalho dos homens, e o nosso trabalho, ele não é visto, enxergam que nós mulheres não trabalhamos, não fazemos nada... E na realidade, se você pegar um relógio e você começar a marcar pelo horário a partir de 5 horas da manhã o que você está fazendo e o que seu marido está fazendo, em vários momentos você vai ver neste relógio que os homens estão descansando e a mulher continua trabalhando, e às vezes não tem ajuda do homem, não tem, assim... uma parceria pra trabalhar igual. E a gente vê, assim... também que numa casa, num sítio, é a mulher que faz o queijo, que faz

o requeijão, muitas das vezes é a própria mulher que vai tirar o leite, nem todos os lugares é o marido que tira o leite, e quando tira ele põe lá, é a mulher que se vira. Quando chega na feira pra vender o seu queijo o seu requeijão, nunca fala assim: 'este é o queijo que a Ivanete fez', 'olha o requeijão da Ivanete', não! É sempre do marido. E a gente vê, assim... também, na maioria das vezes, quando é uma galinha, uma venda pequena, aí é a mulher, mas aonde a renda é maior um pouquinho aí já não é mais a mulher. O salário a gente vê, assim, uma diferença muito grande, a jornada de trabalho muito diferenciada. [Dona Ivanete]

A maioria dos homens no período de entre safra... a maioria sai pra trabalhar fora, e aí quem fica tomando conta da propriedade são as mulheres. Aí o marido vai pra fora trabalhar, a mulher toma conta da casa, da propriedade, dos animais, cuidando da roça, preparando a roça pra plantar... quando eles chegam as roças praticamente estão prontas, as mulheres cuidam, mas na hora que aparece o dinheiro são poucas as mulheres que sabem o que foi feito do dinheiro... quanto é que deu a roça!, porque quando fala de dinheiro é mais coisa de homem, mas já mudamos um pouco essa história... Mas assim, o que é pouco é das mulheres, mas aquilo que gerou mais renda, não é das mulheres, as mulheres nem sabem... é dos homens.[Dona Lourdes]

Na maioria das vezes, o trabalho que as mulheres rurais fazem não é contado, quando é produção para o auto consumo da família essa produção as vezes não é contada como uma renda E na maioria das vezes elas trabalham até mais que o marido, né?! Porque elas têm que cuidar da casa, cuidar dos filhos e ainda trabalham nas lavouras. Então isso é um fator que sempre a gente vê. [Eliane]

O reconhecimento da condição de trabalhadora rural é imprescindível para que as trabalhadoras rurais tenham acesso aos direitos e benefícios sociais, mas também está relacionado a uma questão moral, fruto do sentimento de injustiça social. A fala abaixo é muito elucidativa neste sentido:

E na propriedade também é assim: enxerga mulher é como ajuda, como se tivesse ajudando... a maioria das mulheres são "a remo" de família aqui no norte de minas, elas são "a remo"! Tem muitas mulheres que carregam os homens nas costas e é visto como ajuda, então isso não é justo, não tá certo! É desse jeito que a sociedade enxerga as mulheres, é como se a gente fosse só uma parte, não enxerga a gente como sujeito de fato! E acho que as mulheres que têm que se tocar disso, ou ela tem um companheiro pra valer ou ela não tem, ela não tem que ficar sendo submissa a vida inteira, eu não concordo com isso.[Dona Lourdes]

Dessa maneira, é possível refletir sobre o caráter moral das lutas sociais que, segundo Axel Honneth (2003), possui a função de arrancar os envolvidos “da situação paralisante do rebaixamento passivamente tolerado e de lhes proporcionar, por conseguinte, uma auto-relação nova e positiva.” (HONNETH, 2003; p. 259). Para o autor, a experiência de desrespeito social pode motivar o sujeito a entrar em um conflito prático. Estas formas de desrespeito têm a capacidade de despertar nos indivíduos sentimentos que irão impulsionar as pretensões de reconhecimento que “contém novamente em si a possibilidade de que a injustiça infligida ao sujeito se lhe revele em termos cognitivos e se torne o motivo da resistência política.” (p. 224). Honneth ressalta que somente quando articulado a um movimento social é que a experiência do desrespeito social pode vir a ser uma fonte de motivação para resistência política.

O reconhecimento recíproco é uma das formas de reconhecimento apresentadas pelo referido autor, e está relacionado a um contexto social, a um modo de vida que os indivíduos têm em comum, estabelecendo uma comunidade de valor. Trata-se da estima social que diz respeito a aspectos coletivos de um determinado grupo social que:

Consegue interpretar de maneira pública as próprias realizações e formas de vida como particularmente valiosas, aquela práxis exegética secundária não pode ser entendida senão como conflito cultural de longa duração: nas sociedades modernas, as relações de estima social estão sujeitas a uma luta permanente na qual os diversos grupos procuram elevar, com os meios da força simbólica e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas à sua forma de vida. Contudo, o que decide sobre o desfecho dessas lutas, estabilizado apenas temporariamente, não é apenas o poder de dispor dos meios da força simbólica, específico de determinados grupos, mas também o clima, dificilmente influenciável, das atenções públicas: quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e das capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto mais existe para eles a possibilidade de elevar na sociedade o valor social ou, mais precisamente, a reputação de seus membros. (HONNETH, 2003 ;p. 209).

Cria-se, portanto, um sentimento de estima simétrica entre os indivíduos que se reconhecem no outro por meio da práxis comum. Para o autor, essas relações podem ser denominadas “solidárias” ao passo que despertam o interesse afetivo pela particularidade do outro.

Esta forma de reconhecimento está relacionada ao nível grupal do empoderamento, que desencadeia o respeito recíproco e apoio mútuo, bem como a perseguição de objetivos em comum, promovendo também espaços participativos, ação social coletiva, articulação em rede com outras pessoas e organizações e laços de pertencimento e práticas solidárias e de reciprocidade.

Portanto, o reconhecimento por meio da estima social e o empoderamento coletivo/grupal possibilitam que as mulheres adquiriram consciência da necessidade de ação social, superando a condição de subordinação em que se encontram no âmbito privado, extrapolando o espaço doméstico e ocupando também os espaços públicos. Isto pode ser verificado nos relatos abaixo:

O crescimento da participação nas marchas diz isso, quer dizer, elas tiraram a barriga do fogão, do tanque, pra ir participar! A quantidade de mulheres nos conselhos municipais, sindicatos, a criação de associações exclusivas de mulheres para poder trabalhar... Por onde temos passado a discussão aumenta: reabertura de conselho, aumento das questões das denúncias de violência, ocupação de espaço nos conselhos municipais, nos territórios da cidadania, também nos sindicatos... Então essa ocupação das mulheres nos espaços tem sido interessante, mais, a nível local, o desafio agora é que comece partir pra fora, ocupar os espaços fora! Aumentou muito o numero de mulheres nas presidências de associações, aumentou a participação das mulheres do norte de minas na construção das politicas pra mulheres. Agora estamos com um desafio de escrever um projeto para nossa feira ambulante própria, para que a gente possa participar de várias feiras com os produtos das mulheres, em todos os espaços que tiver nas festas tradicionais, nas feiras culturais, todo tipo de ferira que a gente possa tá presente com o produto das mulheres do norte de minas. [Dona Lourdes]

O coletivo mudou muito a questão da autoestima das mulheres, pra se valorizar mais...porque tem mulheres que às vezes vive tão oprimida dentro de casa, que quando a gente fala de violência não é só a física, né!?, que ela não consegue nem resolver a vida dela, nem sair ... Eu sei de um exemplo, de uma mulher que eu conheci, que ela não ia nem no dentista, porque ela não podia nem sair de casa, e hoje gente vê que essas mulheres... elas tem melhorado muito, avançado muito, participando das formações... elas conseguem resolver sua vida. [Eliane]

Essas falas evidenciam que o processo de empoderamento é socialmente construído e promove mudanças tanto no nível individual, como é evidenciado pela fala de Eliane

sobre o aumento da autoestima das mulheres, quanto no nível grupal, por meio da ocupação dos espaços públicos, como é relatada por Dona Lourdes. A ocupação dos espaços públicos é imprescindível para o processo de empoderamento, visto que as relações de poder “não se produzem no abstrato, mas em espaços sociais concretos.” (VILLACORTA E RODRIGUEZ, 2002, p. 52).

Diante da fala de Dona Lourdes, compreende-se que o trabalho doméstico que, segundo Saffioti (2015) é uma das bases que sustenta o patriarcado, apresenta-se como um obstáculo para a participação das mulheres nos espaços de ação coletiva, e conseqüentemente para o processo de empoderamento. Em oposição a isso, a dimensão grupal do empoderamento propicia que as mulheres saiam da esfera privada e passem a ocupar também a esfera pública, não somente os espaços institucionalizados, mas também os espaços de luta, tomando consciência do seu poder e da necessidade da ação social para a conquista de seus direitos, o que pode ser identificado abaixo:

Olha, a gente vê que antes as mulheres tinham muita dificuldade, muitas vezes até pra conseguir sair de casa pra ir participar dos movimentos, e hoje elas melhoraram essa parte, tanto de formação política, quanto de conseguir aumentar renda, de conseguir melhorar sua vida. [Eliane]

A autonomia financeira também se apresenta como uma estratégia para o processo de empoderamento, possibilitando que as mulheres tenham maior poder de decisão sobre suas vidas, como relatado a seguir:

muitas das mulheres que começam a participar, elas começam a se superar, a ter uma auto estima melhor, porque têm problemas que elas não conseguem resolver sozinhas, e quando participam da associação, começam a participar das reuniões, ela começa a melhorar a vida dela. Participando tanto do coletivo quanto do movimento sindical, conseguiram melhorar muito a autonomia delas. Tem alguns municípios que elas realizam feiras... isso tem melhorado a autonomia financeira e também a auto estima delas, porque elas têm o dinheiro delas e não dependem tanto dos outros.[Eliane]

A venda dos produtos das mulheres rurais, por meio da realização de feiras municipais, é uma das estratégias do coletivo para possibilitar a autonomia financeira e dar visibilidade ao trabalho das agricultoras. Outra estratégia que começa a ser trabalhada com algumas mulheres do coletivo são as cadernetas agroecológicas²⁸, que têm contribuído com a questão econômica e facilitado o acesso das mulheres ao crédito:

As cadernetas ajudou muito, porque chega no final do mês elas (as mulheres) sabem com o que contribuiu, qual lucro que ela teve, na renda familiar. Porque nessa caderneta marca todos os produtos que você vendeu, o valor, o que você trocou, porque quando você troca você coloca o valor, mesmo quando faz uma troca ela tem um valor, e o que você doou também, porque na maioria das vezes a gente doa, então se você doou, você vai marcar lá o produto que você doou e o valor, e o que você consumiu também. Você consumiu um produto que veio do seu quintal, do seu trabalho, você vai anotar lá o que você usou da sua casa, lá vem o valor. No final do mês você vai olhar lá e quando você vê aquele montante, é o que você conseguiu economizar... e também você consegue provar o quanto que você ajudou na despesa da casa e o quanto você lucrou com o que você vendeu. Isso te ajuda pra você ter mais segurança e também pra vir a ter o entendimento, o conhecimento do seu marido, de que você é útil, que você trabalha e que você consegue ajudar financeiramente. [Dona Ivanete]

E com essa caderneta você consegue provar que você trabalha, e ela te ajuda... É como se fosse um documento, pra você conseguir a sua DAP individual... Porque a mulher acessava como cônjuge, e quando o marido acessa o PRONAF ele pode fazer o que ele quer, e você precisa acessar o PRONAF pra investir no seu trabalho, mas você não consegue, então se você conseguir essa DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) fica mais fácil pra você acessar o PRONAF [...] Até hoje eu não conheço, só ouvir comentar que uma mulher conseguiu acessar o PRONAF mulher, mas porque ela era deficiente e dependia da família. Isso é comentários, certo? Pra você conseguir acessar o PRONAF mulher é necessário que eu seja deficiente? Que eu tenha um problema muito sério de saúde? Que eu seja dependente, por quê? Se os homens podem acessar o PRONAF, pra ele investir, pra ele melhorar, porque nós mulheres também não? Então tudo isso são conquistas que a gente vem conseguindo através da associação. [Dona Ivanete]

uma das formas que tá sendo de superar a invisibilidade do trabalho da mulher é quando se trabalha as cadernetas agroecológicas, que aí ela começa anotar tudo que ela tem de produção, o que ela vende, o que ela consome, o que ela troca, e aí quando chega no final do mês ela sabe o que foi a renda dela total, o

²⁸ Estas cadernetas agroecológicas fazem parte do Programa Mulheres e Agroecologia, vinculado ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM). E visa “auxiliar na administração da produção de mulheres agricultoras, por meio do registro do consumo, da troca, da venda e da doação do que é cultivado nos quintais produtivos.2 Ao sistematizar o trabalho das agricultoras familiares, a caderneta dá visibilidade à contribuição da mulher na manutenção da unidade produtiva, promovendo a Agroecologia, a segurança alimentar e nutricional e a geração de renda.” Disponível em: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Agriculturas_V12N45-Artigo7.pdf

que ela vendeu, o que ela consumiu, o que ela doou e o que ela trocou. Então essa forma vem ajudar muito acabar com essa invisibilidade. [Eliane]

O trabalho com as cadernetas agroecológicas e as feiras municipais tem impulsionados alguns aspectos de empoderamento apontados por Romano (2002), como a ampliação da capacidade das mulheres de assumir o controle dos seus próprios assuntos e, neste caso, da sua produção, a mobilização para a conquista de sua autonomia por meio do controle dos seus recursos financeiros, que contribuem também com a mudança nas relações de poder no âmbito privado. Para além da questão financeira, as trabalhadoras relatam outros avanços conquistados por meio da organização no coletivo de mulheres:

Nós tivemos muitas conquistas sim, eu vejo assim... No nosso coletivo, nós somos respeitadas e somos reconhecidas por várias ONGs, né? Só que, assim, de muitos projetos que eles vão estar realizando, nos convidam, se nós somos convocadas a ir participar, já está valorizando nosso trabalho, né?! [...] As oficinas ajudaram muito. As oficinas que a gente faz com receitas, de produtos do campo, pra não precisar estar comprando com agrotóxico, também na medicina alternativa, fazendo remédios, vamos pra mata pra conhecer nossas ervas, pra não estar comprando as drogas, porque todos os remédios que a gente compra em farmácia não deixa de ser uma droga. E precisamos ter uma vida mais saudável... então foram muitos avanços. A gente tá participando, as parcerias, a maioria das marchas nós conseguimos realizar através das parcerias, que já é uma conquista, né?[Dona Ivanete]

Teve vários avanços. Talvez eu possa nem lembrar todos agora... teve várias marchas de mulheres aqui na região, conseguimos que as mulheres comessem a denunciar mais os crimes de violência, apesar de que ainda é pouco. Alguns municípios a gente realizou atos de enfrentamento à violência, entregando documento em prefeitura, câmara, delegacia, na promotoria, e a gente tá criando uma comissão, pra tá acompanhando os crimes com as mulheres, que antes a gente nem sabia o que acontecia. Em alguns municípios a gente tem conseguindo criar isso, tanto na questão do enfrentamento a violência, quanto na questão da produção, de trabalhar pequenos projetos. [Eliane]

as parcerias criadas com o poder público, na questão da violência é outro avanço. A patrulha rural em Taiobeiras acompanhando a questão da violência no campo... é um avanço muito grande! [...]. Acho que avançamos muito na questão da saúde, acesso a crédito. Existem algumas facilidades, mas ainda é limitado... o próprio sistema financeiro boicota as mulheres, no acesso a crédito. Agora... acho que o desafio maior nosso é ocupar os espaços políticos, nas câmaras de vereadores, prefeituras, congressos, esses espaços, né? [Dona Lourdes]

Segundo Lisboa (2003), as conquistas da organização coletiva reforçam a autoestima, a autoconfiança e promovem a demonstração do poder político, importantes para o processo de empoderamento, tanto individual quanto coletivo. Estes aspectos podem ser identificados nas falas abaixo:

Ter coragem de ir em uma assembleia, uma conferência... e ter coragem de se manifestar, porque as mulheres tem muito medo de falar em público, né? A maioria tem medo, mas tem umas que falam do jeito delas, mas manda o recado delas! Um exemplo disso sou eu. Eu nunca imaginei que ia virar tagarela e ter coragem de ir pro congresso brigar com os grandes! Acho que foi um avanço muito grande as mulheres poder ir nos espaços e poder falar, do seu jeito, sem medo de retrucar ou alguém falar que ela tá errada.[Dona Lourdes]

Nós precisamos ir a luta, e não conseguir tanto pra nós porque muitas estão como eu, já com 64 anos, mas enquanto a gente tiver um pouco de vida é lutar para estar defendendo a mulher, não tanto pra nós, porque já estamos caminhando mais pro fim, mas pra essas mulheres mais novas que estão chegando. Porque, na maioria das vezes, muitas vitórias que a gente consegue, que nós conquistamos, nós não vamos usufruir, mas as mais recentes que vêm já estão usufruindo, né?! E quando a gente vê alguma coisa que aconteceu... que a gente conquistou... toda vez que eu vejo eu me emociono, porque lá tem o meu dedinho, mesmo se for pouca a participação, você contribuiu para que aquilo viesse acontecer... cada um contribui do jeito que pode! [Dona Ivanete]

Percebe-se que a dimensão individual e a dimensão coletiva do processo de empoderamento se complementam, visto que a percepção da força pessoal, da autonomia financeira, da autovalorização, da autoestima e da autoconfiança contribuem para promover a autonomia social do sujeito, que passa a ter o controle de sua vida e consegue, dessa maneira, contribuir com o coletivo. Por outro lado, o sentimento de pertencimento, o apoio mútuo, a identificação de questões em comum e as conquistas coletivas reforçam a consciência do sujeito sobre seu poder individual.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar possui inúmeras características e é conceituada de diferentes maneiras. No entanto, há um consenso em relação à principal característica que marca e determina esta forma social de produção: o trabalho em família e a gestão da propriedade rural. Resistindo às adversidades sociais e econômicas que impedem ou dificultam a permanência das famílias no campo, a agricultura familiar mantém-se por meio de estratégias que visam à manutenção desta organização social. Nesse contexto, o trabalho feminino é imprescindível para a reprodução do modo de vida e para a execução das atividades das populações rurais, tanto no âmbito doméstico quanto na produção agrícola, visto que a organização interna das unidades produtivas é mantida em grande medida graças à diversidade de tarefas exercidas pelas mulheres rurais, o que resulta, para elas, em uma sobrecarga de trabalho expressa em longas jornadas. Sendo assim, o processo socioprodutivo da agricultura familiar tem a mulher como principal agente nas estratégias de reprodução social em contextos rurais.

Aplicados a estes contextos, os estudos de gênero têm apresentado a subvalorização do trabalho feminino e, por essa razão, o importante papel das trabalhadoras rurais é invisibilizado, fator que coloca estas mulheres em situação de vulnerabilidade social, uma vez que o não reconhecimento do trabalho exercido na unidade agrícola é um grande obstáculo para a garantia de diversos direitos sociais e para o acesso às políticas públicas, à capacitação técnica, à participação em espaços públicos e à propriedade da terra, promovendo uma dependência financeira, social e política das trabalhadoras em relação aos homens membros da família (maridos, pais, tios, irmãos).

A dicotomia espaço público x espaço privado e a divisão sexual do trabalho dentro do sistema de dominação/exploração vigente em nossa sociedade é denominado patriarcado. Este sistema expressa o poder político masculino e determina às mulheres um lugar inferior dentro de uma ordem hierárquica que privilegia o homem. A partir dessa ótica, a construção social dos gêneros delega à mulher as tarefas domésticas inerentes ao espaço privado, constituindo um dos principais pilares da base material do patriarcado. Aspectos econômicos, sociais e simbólicos também determinam os diferentes espaços que

homens e mulheres ocupam na produção agrícola e no âmbito doméstico, de maneira hierarquizada.

De acordo com o referencial deste trabalho, gênero pode ser compreendido como a construção simbólica, social e cultural do que é ser homem e ser mulher. Esta construção caminha junto com o sexo, visto que natureza e cultura não são polos distintos, ao contrário, seguem lado a lado. Articulado a fatores políticos e econômicos, esta construção estabelece um conjunto de valores e hierarquias sociais que determinam a representação do masculino e do feminino dentro de uma sociedade. Esta representação carrega consigo uma relação de pertencimento a um grupo, uma categoria, que atribui ao indivíduo uma posição na sociedade, ou seja, o indivíduo é representado nas relações por meio da classe a qual ele integra.

Para além da hierarquia com primazia masculina, o patriarcado apresenta uma contradição de interesses, visto que os homens, enquanto categoria social dominante, almejam a manutenção de seus privilégios; para tanto, a dominação e exploração das mulheres faz-se necessária. Por outro lado, as mulheres desejam a igualdade social e, por essa razão, buscam o rompimento do status quo. A disputa entre esses interesses antagônicos só é possível por meio da resistência e do enfrentamento das mulheres como grupo, categoria ou classe, lutando por mudanças nas estruturas de poder patriarcais; para tanto, o processo de empoderamento se apresenta como estratégia.

O conceito de empoderamento pode ser compreendido como a ampliação da percepção dos sujeitos sobre suas próprias potencialidades, o que promove o aumento da capacidade de intervenção na sua realidade por meio da participação democrática. O processo de empoderamento deve questionar a maneira como o poder é distribuído na sociedade, proporcionando transformações nas relações de poder, por meio da busca pela autonomia de sujeitos ou grupos que empoderam a si mesmos, processo que não há como ser delegado, deve ser protagonizado.

O desenvolvimento da consciência crítica é inerente ao processo de empoderamento, que deve ser comprometido com transformações sociais, rompendo com sistemas de dominação por meio da ação de pessoas ou grupos submetidos a relações de opressão e dominação. Por essa razão, não é possível que haja neutralidade no processo de empoderamento.

A proposta central deste trabalho foi a analisar se a organização coletiva das mulheres associadas à Associação do Coletivo de Mulheres Organizadas do Norte de Minas – ACMONM repercute em empoderamento para elas e para o grupo, levando em consideração a percepção das próprias trabalhadoras. Diante dos relatos coletados por meio da metodologia denominada história oral, é conclusivo que as agricultoras vivenciaram e vivenciam um processo de empoderamento na dimensão individual, que se expressa pelo auto reconhecimento de potencialidades, aumento da autoestima, autovalorização das atividades exercidas, desenvolvimento da habilidade para falar em público e melhora da autonomia pessoal e financeira.

Na dimensão coletiva do empoderamento, também foi possível constatar o desenvolvimento do processo, que fica evidente no fortalecimento do sentimento de identidade e de pertencimento das mulheres à categoria de agricultoras, na ampliação da participação em espaços públicos reivindicativos e de tomadas de decisão e no apoio mútuo e informacional conquistado.

Por outro lado, é importante destacar que ainda são muitas as contradições vivenciadas por estas mulheres, já que estas trabalhadoras rurais ainda estão submetidas a situações de desigualdade de gênero, especialmente no que se refere à violência doméstica, que ainda se faz presente nas áreas de atuação do coletivo; à dificuldade de acesso ao crédito, como foi pontuado nos relatos e ao acúmulo de intensas jornadas de trabalho, visto que ainda são elas as únicas responsáveis pelas tarefas domésticas. Portanto, é possível concluir que, embora tenha ocorrido um processo de empoderamento das mulheres organizadas na ACMONM, nas duas dimensões apresentadas, este processo não foi suficiente para promoção de equidade em todas as esferas de suas vidas. Isso se justifica pelo fato de as desigualdades de gênero estarem enraizadas em uma estrutura de ideologia patriarcal que impede a existência de um poder compartilhado de fato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, C. H. L., & SALAMONI, G. Agricultura familiar e as relações sociais de trabalho: um estudo sobre a pluriatividade na Vila Freire–Cerrito–RS. *Geografia Ensino & Pesquisa*, 17(1), 41-54, 2013.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

ARAÚJO, M.P.S.N. *Gênero e Políticas Públicas: Reflexos do PRONAF nas condições de vida de trabalhadoras rurais*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS da UNIMONTES, Montes Claros, 2016.

AZEVEDO, V.M. *Os Desafios para o Empoderamento da Mulher Agricultora a partir do Programa de Aquisição de Alimentos: O caso de Barbacena – MG*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFV, Viçosa, 2012.

BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. *Ecologismo dos Gerais: conflitos socioambientais e comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável da UNB, Brasília, 2013.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. *Gênero e reprodução social na agricultura familiar*. *Revista NERA*. Presidente Prudente, ano 11, n°12, p.6-17, jan.-jun. 2008.

BORDIEU, Pierre. *A dominação masculina*; tradução Maria Helena Kuhner: 10° ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CASTELLS, Manuel. “Paraisos comunais: identidade e significado na sociedade em rede.” In: *O poder da identidade*. 2. Ed. São Paulo: 2000, pg. 21-28. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, V.2.

Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais (CAA-NM). 2005.

CEZAR, M.M. *Projeto de Vida: Um Retrato da Mulher no Campo*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CINTRÃO, Rosângela; SILIPRANDI, Emma. *O progresso das mulheres rurais*. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jaqueline. *O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

COSTA, Ana Alice de Alcântara e SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar. *Feminismos, feministas e movimentos sociais*. In: BRANDÃO, Maria Luiza e BINGEMER, Maria Clara (org). *Mulher e Relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994.

_____. (orgs.) *Feminismo, Ciência e Tecnologia*, Salvador. Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), Universidade Federal da Bahia, vol. 8, Coleção Bahianas, 2002.

COSTA, Claudia de Lima e MALUF, Sônia Weidner. *Feminismo Fora do Centro: Entrevista com Ella Shohat*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 147-163, 2001.

_____, Claudia de Lima. *O tráfico do gênero. Cadernos Pagu (11): trajetórias do gênero, masculinidades*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP 1998, pp. 127-140.

COSTA, João Batista de Almeida. *CULTURA, NATUREZA E POPULAÇÕES TRADICIONAIS: O Norte de Minas como Síntese da Nação Brasileira* in *Revista Verde Grande / Vol.1, n.3*. Montes Claros: Unimontes, 2005.

CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres. p. 39/64, 2010.

CORDEIRO, R. L. M. (2007). *Vida de agricultoras e histórias de documentos no Sertão Central de Pernambuco*. *Revista Estudos Feministas*, 15(2), 453-460.

_____, R. L. M. & SCOTT, R. P. (2007). *Mulheres em áreas rurais nas regiões norte e nordeste do Brasil*. *Revista Estudos Feministas*, 15(2), 419-423.

D'ANGELIS FILHO, João Silveira. *POLÍTICAS LOCAIS PARA O “des-Envolvimento” no NORTE DE MINAS: uma análise das articulações local & supra-local*. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de Temuco - CDS – Centro de Desarrollo Sustentable, Chile, 2005.

DEERE, Carmen Diana. *Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DUARTE, A, M, T. *Mulheres na Reforma Agrária e Políticas de Crédito: Avaliação do PRONAF Mulher em Assentamentos de Monsenhor Tabosa – CE*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas das Univerdade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Vol. 2. Porto Alegre, Globo, 2000.

FONSECA, A.I.A. Agricultura Familiar como sustentabilidade: Estudo de Caso do Planalto Rural de Montes Claros- MG. Tese de Doutorado em Geografia da Universidade Paulista de Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro – SP, 2012.

FONSECA, G.L. Mineração no Norte de Minas: Gerais e Geraizeiros ameaçados em função do projeto Vale do Rio Pardo na Microrregião de Grão Mogol –MG. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS da UNIMONTES, Montes Claros, 2014.

FOUCAULT, M. A história da sexualidade: o uso dos prazeres. 7. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. Medo e ousadia – o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Saude soc., Ago 2004, vol.13, no.2, p.20-31.

GOMES, F. S. Discursos contemporâneos sobre Montes Claros: (Re) Estruturação Urbana e novas Articulações Urbano-Regionais. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG, Belo Horizonte, 2007.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de Gênero e Sexualidade. Antropologia em Primeira Mão, Florianópolis, p. 1-18, 1998.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”. In: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. A Morada da Vida: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural Brasileiro. Revista Nera. Presidente Prudente, v. 9, n.8, p.1-28, 2006.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução Luiz Repa – São Paulo: Ed. 34, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), Censo demográfico 2010, Rio de Janeiro, 2011.

JALIL, Laetícia e BORDALO Caroline. Reconfiguração das lutas das mulheres no meio rural brasileiro. Ação política, articulação e democratização. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires: 2009.

KLEBA, M. E., WENDHAUSEN, Á. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. Saúde e Sociedade, Rio de Janeiro, v.18, n.4, p. 733-743, 2009.

LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.) Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, classe e etnia – trajetórias de mulheres migrantes. Florianópolis: Editora da UFSC; Chapecó: Argos, 2003.

LISBOA, T. K. & LUSA, M. G. (2010). Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero - Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. Revista Estudos Feministas, 18(3), 871- 887.

LORIO, C. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, Jorge & ANTUNES, Marta (Orgs.). Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 21-44

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MAIA, S.M.R; CRUZ, S.U. Gênero, agricultura familiar e meio ambiente. In: MOTTA, A.; SARDENBERG, C.; GOMES, M. (Orgs.). Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas. Salvador: NEIM/UFBA, 2000. p. 299-312

MATOS, J. S.; SENNA, A. K. História oral como fonte: problemas e métodos. *Historiae*, Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011.

MELO, L. Albuquerque. O ônus da invisibilidade: o trabalho da mulher na agricultura familiar. In: COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília M. B. (Org.). Feminismo, Ciência e Tecnologia. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.

MELO, L.A. Relações de Gênero na Agricultura Familiar: O caso do PRONAF em Afogados da Ingazeira –PE. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Mulheres na agricultura familiar: a comunidade de Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO). In: ENCONTRO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XXI. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2012.

NOGUEIRA, C. Um novo olhar sobre as relações sociais do gênero: perspectiva feminista crítica na psicologia social. Tese de Doutorado em Psicologia Social da Universidade do Minho, Braga, 1996.

PACHECO, Maria Emília. Em defesa da agricultura Familiar Sustentável com Igualdade de Gênero in Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs. Plataforma de Contrapartes Novib / SOS CORPO Gênero e Cidadania, Recife, 2002.

PANZUTTI, N. P. M. Família e Relações de Gênero na agricultura familiar de Itinguçu: Estação Ecológica Juréia-Itatins, São Paulo, Brasil. Revista Agrícola, São Paulo, v.51, n.1, p. 103-123, jan/jun. 2002.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. Ciência Hoje, Rio de Janeiro - RJ, v. 5, n.28, p. 64-70, 1987.

_____ Movimentos das Mulheres Agricultoras e os muitos sentidos da “Igualdade de gênero”. In: FERNANDES, Bernardo Maçano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO; Maria Ignez (org.) Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____ SILVA, Cristiani Bereta da. Memórias de Luci Choinaski: histórias e lutas pelos direitos das mulheres camponesas. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). Gênero e geração em contextos rurais. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

_____ Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Revista Estudos Feministas, 12(1), 229-252, 2004.

PEREIRA, A.M. Cidade Média e Região: O significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU, Uberlândia, 2007.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. As mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e políticas. 2011.

PRADO JR, Caio. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ROHNELT, Priscila Barcelos Cardoso e SALAMONI, Giancarla. O papel da mulher nas transformações da agricultura familiar: a pluriatividade como estratégia de reprodução social. Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 2010,p.01-115.

ROSA, J.S. Os limites do desenvolvimento e as relações de gênero no espaço rural: a visão das mulheres agricultoras de Arroio do Padre, RS. Dissertação de Mestrado do

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

ROMANO, O. J. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ROMANO, Jorge & ANTUNES, Marta (Orgs.). Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 9-20.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero Patriarcado Violência. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALVARO, G. I. J., ESTEVAM, D. O., & FELIPE, D. F. (2014). Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(2), 390-405.

SANTOS, A. P. Dos. Ponto de vida, cidadania de mulheres faveladas. São Paulo, Loyola, 1996.

SANTOS, W. A. dos. Gênero e Movimento Sindical no Norte de Minas – A Participação de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Francisco Sá – MG. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS da UNIMONTES, Montes Claros, 2011.

SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.16, n.1, p.173-186, 2008.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.20, n.2, jul./dez. 1995.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.18, 51, p. 99-121, fev. 2003.

SCHEFLER, Maria de Lourdes Novaes (2008). Temas transversais na agricultura familiar: pesquisa e método sob o enfoque de gênero e gerações. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 - Corpo, violência e poder, Florianópolis. Anais do Fazendo Gênero 8. Florianópolis: Editora Mulheres.

SELAU, S. Maurício. História Oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais. *Esboços*, Santa Catarina, v.11, p. 217-228, 2004.

SILVA, C. M. V. Agricultura familiar, gênero e dinâmicas sociais: um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica (Paracatu – MG). Dissertação de Mestrado. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2007.

SOUZA-LOBO, E. A Classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Ed. 2, 2011.

TABAK, Fanny. Estudos substantivos sobre mulher e ciência no Brasil. In: COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília M. B. (Org.). Feminismo, Ciência e Tecnologia. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.

VILLACORTA, A. E., RODRIGUEZ, M. Metodologias e ferramentas para implementar estratégias de empoderamento. In: Empoderamento e direitos no combate à pobreza – Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 116 p. dezembro 2002.

WANDERLEY, Maria N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. Apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1996.

ZINANI, Cecil Jeanine. Literatura e história na América Latina: representações de gênero. *Métis* (UCS), v. 5, p. 253-270, 2006.

ZIRBEL, Ilze. Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil. Um debate. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, 2007.

ANEXO A

Fotos das mulheres da ACMONM



Figura 3: Oração antes da marcha em Porteirinha.
Fonte: STR Porteirinha.



Figura 4: Oração antes da marcha em Porteirinha.
Fonte: STR Porteirinha.



Figura 5: Mulheres em marcha.
Fonte: STR Porteirinha.



Figura 6: Mulheres em Marcha.
Fonte: STR Porteirinha.

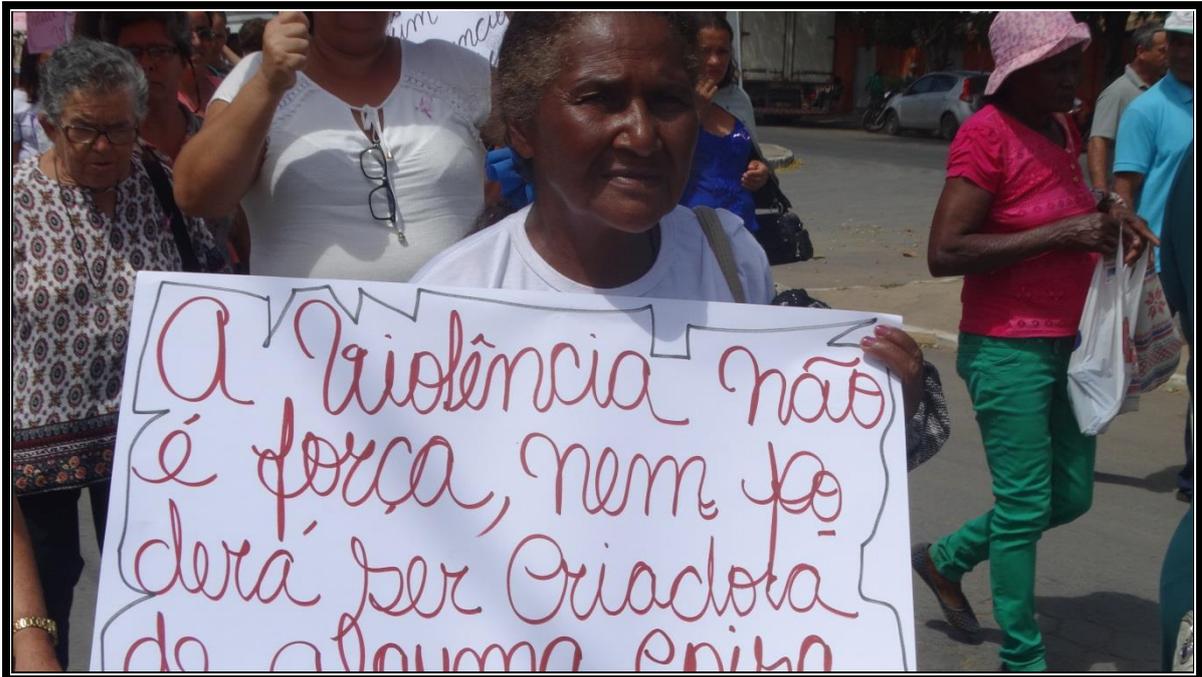


Figura 7: Trabalhadora Rural em luta.
Fonte: STR Porteirinha.



Figura 8: Trabalhadoras Rurais em luta.
Fonte: STR Porteirinha.



Figura 9: Trabalhadoras Rurais em Luta.
Fonte: STR Porteirinha.



Figura 10: Trabalhadoras rurais em luta.
Fonte: STR Porteirinha.